



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E ARTES - CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO PROFISSIONAL**

ALLYNE CAMYLLA PAZ DE SOUZA

**JORNALISTAS DA RESISTÊNCIA: HISTÓRIAS DE VIDA DE JORNALISTAS
NEGRAS DO RIO GRANDE DO NORTE**

JOÃO PESSOA/PB

2022

ALLYNE CAMYLLA PAZ DE SOUZA

**JORNALISTAS DA RESISTÊNCIA: HISTÓRIAS DE VIDA DE JORNALISTAS
NEGRAS DO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo, área de concentração em Produção Jornalística, linha de pesquisa Processos, Práticas e Produtos.

Orientadora: Profa. Dra. Glória Rabay

Co-orientadora: Profa. Dra. Fabiana Cardoso de Siqueira

JOÃO PESSOA/PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S719j Souza, Allyne Camylla Paz de.
Jornalistas da resistência : histórias de vida de
jornalistas negras do Rio Grande do Norte / Allyne
Camylla Paz de Souza. - João Pessoa, 2022.
82 f. : il.

Orientação: Glória Lourdes Freire Rabay.
Coorientação: Fabiana Cardoso de Siqueira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Jornalistas negras. 2. Interseccionalidade. 3.
Racismo estrutural. 4. Antirracismo. I. Rabay, Glória
Lourdes Freire. II. Siqueira, Fabiana Cardoso de. III.
Titulo.

UFPB/BC

CDU 070:39(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES | CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO | PPJ



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2022, às 15 horas, foi realizada, por videoconferência, através da plataforma Google Meet®, pelo endereço eletrônico <https://meet.google.com/jqc-infp-irc>, em sessão pública, Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a)aluno(a) **ALLYNE CAMYLLA PAZ DE SOUZA**, sob a matrícula **20211006322**, cuja pesquisa intitula-se “**Jornalistas da resistência: histórias de vida de jornalistas negras do Rio Grande do Norte**”, para obtenção do título de Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba.

AVALIAÇÃO:

(x) Aprovado(a) () Reprovado(a) () Insuficiente

As observações sobre o trabalho acadêmico encontram-se no verso desta ata.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof(a). Dr(a). **GLÓRIA DE LOURDES FREIRE RABAY**
Presidente

Prof(a). Dr(a). **PATRÍCIA MONTEIRO CRUZ MENDES**
Examinador(a) Interno(a)

Prof(a). Dr(a). **DENISE CARVALHO DOS SANTOS RODRIGUES**
Examinador(a) Externo(a) ao Programa

Dedico este trabalho a todas as mulheres que lutaram para que eu pudesse ocupar espaço em uma universidade pública de um país tão desigual quanto o Brasil.

Em especial, à minha mãe Cleide Silva da Paz, pela sua esperança, persistência e coragem de acreditar em mim até nos dias mais atordoados.

AGRADECIMENTOS

Não se faz um mestrado sozinha, principalmente se você vem de escola pública, de uma periferia e de uma família negra. Carrego dentro e fora do meu peito muitas pessoas que seguraram e seguram a minha mão. Tenho muito a agradecer, principalmente por ser a primeira pessoa da minha família com uma pós-graduação no currículo. Agradeço aos céus, ao universo e aos ancestrais por ter me dado a honra de ter Cleide Paz como a minha mãe, a qual eu agradeço diariamente, não apenas por ter me dado a oportunidade de viver, como também por toda a assistência física, emocional e financeira para chegar até aqui. Eu costumo dizer que minhas vitórias também são suas. Então, mainha, esse mestrado também é teu, te levo comigo com muito amor para todo o sempre.

Agradeço à minha orientadora, Glória Rabay, que sempre esteve ao meu lado ouvindo minhas aflições e acalmando meu coração. Obrigada por topar essa jornada comigo, é um prazer para mim ter sido sua orientanda, fizemos uma trajetória linda até aqui. Agradeço aos meus colegas de turma que possibilitaram que esse caminho trilhado durante o mestrado fosse menos solitário e exaustivo, e aos professores Fabiana Siqueira, Patrícia Monteiro, Laerte Cerqueira e Zulmira Nóbrega por ensinar e ter a paciência com cada um de seus discentes. Agradeço também aos membros da minha banca de qualificação que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a Alice Andrade, que me encorajou a entrar no mestrado e me deu esperanças que eu conseguiria. Agradeço imensamente as entrevistadas da minha pesquisa, que apresentaram as suas histórias para mim e me autorizaram mostrar para o mundo. As profissionais gigantes da BJu Produções, em especial à Rebeca, que me acompanha desde a graduação e acreditou no meu trabalho desde o início. Obrigada Érica Lima, Rosália Figueirêdo, Isabelle Ferret, Rosy Nascimento e Miriam Moema por me ensinarem muito do que eu sei hoje sobre o audiovisual e por me fazer com que eu me apaixonasse por ele, afinal, é preciso ter paixão - e coragem - para ser mulher e trabalhar com comunicação no Brasil.

Não posso deixar de agradecer ao meu companheiro nessa caminhada, Emerson Sales, que fez parte do meu alicerce para finalizar essa etapa da minha vida. Por fim, agradeço a tantos amigos e familiares que desejaram os melhores votos para a minha vida acadêmica, em especial à Cleonice Paz, Dandarah Evellyn, Tálison Sena, Alyrson Aguilar, Marcelha Pereira, Thales Araújo, Geysla Fernandes, Ana Livia e ao meu irmão Jhons Phyllyppe, que sempre me olhou com orgulho e admiração. Esses são alguns dos que possibilitaram a minha trajetória até aqui,

que acreditaram em mim e depositaram nos meus estudos a chance de mudar o percurso da história do que a sociedade espera de uma mulher negra e periférica.

“Corro devagar porque meu tempo é outro

O que eu quero é logo

O que eu movo é lento”

Luedji Luna

RESUMO

Ao longo da história, as mulheres lutaram para conquistar espaços e reconhecimento do seu trabalho. Nesta corrida de privilégios da sociedade, as mulheres negras, principalmente as vindas de periferia, são as que mais sofrem esse apagamento e invisibilidade. É necessário refletir sobre esses privilégios e questionar quais são os locais que a população negra ocupa ao nosso redor e também fora dele. Neste contexto, a proposta do documentário “Aqui tem jornalista negra”, produto final da pesquisa para o Mestrado Profissional em Jornalismo foi compreender como os marcadores sociais de raça e gênero influenciam diretamente na vida das profissionais negras do jornalismo a partir da história de vida de quatro jornalistas negras que residem em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, situado na Região Nordeste do Brasil. O trabalho foi fundamentado a partir de conceitos primordiais para compreensão dos aspectos estudados como interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), (COLLINS, 2017) e racismo estrutural (ALMEIDA, 2019). As questões relacionadas ao feminismo negro tiveram como base o pensamento de (GONZALEZ, 2020) e (CARNEIRO, 2003). Para realização do trabalho, foi utilizado como metodologia a história de vida (MARTINEZ, 2008) e quatro mulheres com atuação profissional do jornalismo potiguar, relataram suas trajetórias, desafios e dificuldades até conquistarem um espaço de reconhecimento na profissão. A escolha pela divulgação dos resultados através do formato documentário se deu porque essa plataforma facilita o acesso ao trabalho para o maior número de pessoas. Os relatos das profissionais entrevistadas mostram como o racismo estrutural tem dificultado o acesso e a ascensão das mulheres negras nas profissões com maior prestígio e visibilidade, como é o caso do Jornalismo.

Link para o documentário: https://drive.google.com/file/d/1WILkItJ4PxS-8GoDNNEaFC9W_sQP6R/view?usp=sharing

Palavras-chave: Jornalistas negras; História de vida; Interseccionalidade; Racismo estrutural; Antirracismo.

ABSTRACT

Throughout history, women have struggled to gain space and recognition for their work. In this race of society's privileges, black women, especially those from the periphery, are the ones who suffer the most from this erasure and invisibility. It is necessary to reflect on these privileges and question what are the places that the black population occupies around us and also outside of it. In this context, the proposal of the documentary "Aqui tem jornalista negra", final product of the research for the Professional Master in Journalism, was to understand how the social markers of race and gender directly influence the lives of black journalists from the perspective of the life history of four black journalists residing in Natal, capital of the state of Rio Grande do Norte, located in the Northeast region of Brazil. The work was based on key concepts for understanding the aspects studied such as intersectionality (AKOTIRENE, 2019), (COLLINS, 2017) and structural racism (ALMEIDA, 2019). The ideas related to black feminism were based on the thinking of (GONZALEZ, 2020) and (CARNEIRO, 2003). To carry out the work, life history was used as a methodology (MARTINEZ, 2008) and four women with professional experience in Rio Grande do Norte journalism reported their trajectories, challenges and difficulties until they conquered a space of recognition in the profession. The choice to disseminate the results through the documentary format was due to the fact that this platform facilitates the access to this work for a greater number of people. The reports of the professionals interviewed show how structural racism has hindered the access and rise of black women in professions with greater prestige and visibility, such as journalism.

Link for the documentary: https://drive.google.com/file/d/1WILkIfJ4PxS-8GoDNNEaFC9W_sQP6R/view?usp=sharing

KEYWORDS: black journalists; life history; intersectionality; structural racism; anti-racism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Negros e Negras no Jornalismo Potiguar	28
Figura 2 - Glória Maria em reportagem exibida pela TV Globo em 20 de novembro de 1981	33
Figura 3 - Maju Coutinho como âncora no Jornal Nacional, da TV Globo	34
Figura 4 - Manu Freitas em uma apresentação na UFRN	41
Figura 5 - Celinna Carvalho em um trabalho fotográfico	42
Figura 6 - Idyane como apresentadora do projeto “No olho da onça”	44
Figura 7 - Elizama Cardoso no estúdio de TV da INTERTV Cabugi, seu atual local de trabalho	46
Figura 8 - Registro fotográfico da entrevista com a jornalista Idyane França durante gravação para a produção do documentário	51
Figura 9 - Print de trecho do documentário	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Breve linha do tempo sobre o pioneirismo de mulheres negras no telejornalismo brasileiro	35
Quadro 2 - Informações gerais sobre as entrevistadas do documentário	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA - Estados Unidos da América

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e mais.

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

RJ - Rio de Janeiro

RN - Rio Grande do Norte

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - MULHERES NEGRAS NO JORNALISMO E O BRANQUEAMENTO DISCURSIVO.....	19
1.1 Feminismo para todas: o surgimento do feminismo negro e o conceito de interseccionalidade.....	21
1.2 onde estão as mulheres negras no jornalismo?.....	25
1.3 O jornalismo foi feito para quem?.....	28
1.4 O jornalismo também é nosso: a importância de uma imprensa antirracista.....	31
CAPÍTULO II - JORNALISMO: A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS DE VIDA?.....	37
2.1 Tecendo histórias entre o jornalismo e as mulheres negras.....	40
a. Manu Freitas: nordeste, fotografia e simplicidade.....	40
b. Celinna Carvalho: jornalismo também é militância.....	41
c. Idyane França: quando a literatura encontra uma mulher negra.....	43
d. Elizama Cardoso: para quem não acreditou, olha onde chegamos.....	44
CAPÍTULO III - DOCUMENTÁRIO COMO PRÁTICA JORNALÍSTICA.....	48
3.1 Pré-produção.....	49
3.2 Produção.....	51
3.3 Pós-produção.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
APÊNDICE I - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DA ENTREVISTA.....	66
APÊNDICE II - FICHA TÉCNICA DO DOCUMENTÁRIO.....	68
APÊNDICE III - ORDEM DO DIA - 1ª DIÁRIA DA GRAVAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO.....	69
APÊNDICE IV - ORDEM DO DIA - 2ª DIÁRIA DA GRAVAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO.....	70
APÊNDICE V - LEGENDAS DO DOCUMENTÁRIO.....	72
APÊNDICE VI - AUTORIZAÇÕES DE IMAGENS DAS ENTREVISTADAS.....	79

INTRODUÇÃO

“Falavam que eu tenho sorte. Eu disse-lhes que eu tenho audácia”

Carolina Maria de Jesus¹

Durante muitos anos o trabalho desenvolvido por mulheres no mundo inteiro sofreu apagamento em decorrência, principalmente, das opressões estruturais do patriarcado e machismo. Ao longo da história, muitas mulheres lutaram para conquistar espaços e reconhecimento do seu trabalho e hoje podemos ouvir essas mulheres e reconhecer o trabalho desenvolvido por elas. Nesta corrida de privilégios da sociedade, as mulheres negras, principalmente as vindas de periferia, são as que mais sofrem esse apagamento e invisibilidade. É necessário refletir sobre esses privilégios e questionar quais são os locais que a população negra ocupa ao nosso redor e fora dele. É notável que, na mídia hegemônica, esse cenário social não é diferente. É fácil identificar a construção de opiniões e pensamentos da sociedade a partir do que é apresentado pela mídia, resultando em violências e apagamento decorrentes do racismo estrutural e sutil evidente em nossa sociedade e perpetuado através da mídia.

A sociedade brasileira possui marcas de desigualdade que podem ser identificadas ao longo da história. Atualmente o debate sobre a representatividade negra na mídia tem sido pautado em diversos círculos acadêmicos, políticos e midiáticos. Porém, é necessário mais do que esse debate. As pessoas negras têm condições de narrar suas próprias histórias e assim, ter verdadeiramente o direito à fala como uma prática cotidiana e não apenas quando a sociedade patriarcal supremacista branca permitir. A mídia hegemônica promove o racismo estrutural através de diversas formas, seja pela falta de representatividade de pessoas negras nesses espaços até a construção de narrativas relacionada às essas pessoas, em que promovem violências simbólicas, das quais normalmente associam nos noticiários os corpos negros a vilões ou vítimas, desta forma, representando as pessoas negras apenas a situações de violência ou vulnerabilidade social.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira é formada por quase 57% de pessoas negras², ou seja, as pessoas negras são maioria na sociedade, entretanto quando são representadas na mídia estão situadas em posições subalternas, quando nas raras vezes que são mostradas em posições de prestígio social vincula-

¹Carolina de Jesus era uma mulher que morava em favelas e é considerada uma das primeiras escritoras negras do Brasil.

² Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2019).

se uma narrativa meritocrática difícil de ser alcançada pela maioria da população subalternizada pelas condições concretas da existência. Desta forma, não encontramos indivíduos racializados em espaços de privilégios, então surge o questionamento: se as pessoas negras são maioria populacional, por que são minoria em espaços como ensino superior e mídia? Segundo o estudo “Perfil Racial da Imprensa Brasileira” realizado em 2021, apenas 20% dos jornalistas no Brasil se autodeclararam pretos ou pardos, além disso, atualmente 98% dos jornalistas que se declaram negros no Brasil consideram que profissionais racializados sofrem mais obstáculos no exercício da profissão do que jornalistas brancos.

O apagamento, “esquecimento” ou escolha por não pautar narrativas negras ou a falta de representatividade no quadro de profissionais dentro do jornalismo revela uma falha ética no código de ética do jornalismo brasileiro, que prevê a diversidade como condição para uma prática ética e além disso, desvaloriza temas que já sofreram invisibilização na história do Brasil escrita por escravocratas e ou historiadores educados a partir do racismo estrutural, contribuindo para a manutenção de uma sociedade racista e coberta de desigualdades sociais e raciais. Por isso, é urgente que o jornalismo, principalmente os que possuem maior alcance, tragam a tona a valorização dos corpos negros.

Esse modo de (não) mostrar pessoas negras e suas narrativas pode ser lido como racismo estrutural, afinal, não é normal que em uma sociedade com tantas pessoas negras, ainda sejam poucas que estejam em lugares de poder como na mídia, Almeida (2019) explica sobre como se manifesta o racismo e como além dele ser estrutural, ele pode ser estruturante.

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2019, p. 52).

As mulheres negras representam a parcela que mais sofre nesse processo de desigualdade social, pois além de sofrerem violência devido ao gênero que possuem, ainda sofrem pela questão racial. A partir desse contexto, a inquietação de pesquisa pode ser sintetizada na seguinte pergunta-problema: Como os marcadores sociais de gênero e raça influenciam na profissão de jornalistas negras em Natal/RN? Como a história de vida delas e suas vivências com o racismo influenciaram suas práticas profissionais? Infelizmente é evidente a ausência de trabalhos acadêmicos de mulheres negras, que desde muito tempo sofrem apagamento. De acordo com NASCIMENTO (1977, p. 48-49), “podemos considerar

que a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico e midiático também se consolida, porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê trilhando esse itinerário intelectual”. Dessa forma, é imprescindível uma análise desse apagamento e melhorias para uma sociedade mais igualitária, justa e plural em todos os espaços. Esse trabalho tem a expectativa de promover o protagonismo feminino e negro do jornalismo do Rio Grande do Norte (RN).

Outra motivação para este trabalho é a ausência de pesquisas sistemáticas empreendidas na academia sobre essa temática de comunicação feminista e antirracista, então este trabalho colabora com o acervo sobre esse assunto. É importante ressaltar que o fato de eu ser uma mulher negra dentro do jornalismo me motiva a encontrar essas outras mulheres negras e assim, colaborar para uma comunicação feminista e antirracista. Esse trabalho é sobre outras jornalistas negras, que assim como eu, são desafiadas diariamente a lidar com o racismo e machismo em uma sociedade como a nossa, assumindo assim, a noção de escrevivência, utilizada pela pesquisadora Conceição Evaristo, que demonstra como é possível a minha pesquisa surgir do meu incômodo enquanto mulher negra dentro do jornalismo e despertar a vontade de investigar se em outras jornalistas esse incômodo é presente.

O intuito dessa pesquisa também diz respeito ao desejo de destacar a importância da comunicação voltada para os direitos humanos, em que enfatiza as pautas de gênero e raça como urgentes, e não como uma “cota”, assim, assegurando os direitos humanos e promovendo a ruptura de silêncios. A pesquisadora e ativista social bell hooks é assertiva em sua obra “Erguer a Voz - pensar como feminista, pensar como negra”, quando relata sobre a força que possui os subalternos que narram sobre suas próprias histórias:

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (HOOKS, 2019, p. 38-39).

Portanto, é essencial que as mulheres negras escrevam suas próprias narrativas e sejam respeitadas nos espaços que estiverem. O apagamento dessas mulheres é histórico e violento, porém, com passos pequenos, já é notável alguma melhoria na sociedade, embora ainda seja o princípio. Essa pesquisa busca, além de trabalhar a questão de gênero, enfatizar como as mulheres negras sofrem múltiplas opressões e como é urgente enxergá-las por completo: raça, gênero e classe. Além disso, existem outros fatores que podem contribuir para mais opressões, como questões de identificação de gênero, considerando que mulheres trans sofrem mais que

mulheres cis³, como também a orientação sexual, dentre outros fatores. Desta forma, trabalhar a interseccionalidade como conceito é imprescindível para entendermos as opressões que atravessam corpos de mulheres negras:

O debate sobre interseccionalidade é primordial para compreender o contexto de luta de mulheres negras [...] E essa tríade não pode ser analisada separadamente, visto que seu impacto socio-político-cultural se faz de maneira conjugada. Em especial, as assimetrias advindas do entrecruzamento e da constituição recíproca de gênero, classe e raça podem ser entendidas como incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas (SALES; NUNES, 2022, p. 70).

O resultado dessa pesquisa consiste na produção do documentário “Aqui tem jornalista negra”, em que é exibido a história de vida de quatro jornalistas negras que atuam em Natal, capital do Rio Grande do Norte. A escolha do documentário como produto para apresentar a história de vida dessas jornalistas negras se deu pela minha afinidade com esse tipo de linguagem, como também, por entender o documentário como um gênero jornalístico que foge da suposta ideia de que o jornalismo é imparcial, além de compreender o documentário - justamente por esse caráter autoral - como um instrumento de midiativismo. No documentário será abordado a história de vida das entrevistadas, metodologia de caráter qualitativo, para aprofundar melhor como essas mulheres se tornaram jornalistas e como a história de vida delas influenciou ao se tornarem jornalistas negras. Paraphrasing LIMA (2002), as histórias de vida podem ser utilizadas como instrumentos de (re)significação de quem somos, enquanto seres individuais e espécie coletiva.

As histórias de vida são narrativas centradas em indivíduos ou grupos sociais cujo objetivo é elucidar situações e questões bem demarcadas, prioritariamente interessadas em focalizar a participação humana no desenrolar da história contemporânea em movimento (LIMA, 2002, p. 5).

Desta forma, este trabalho se propõe a apresentar no documentário a história de vida das jornalistas Celinna Carvalho, Elizama Cardoso, Idyane França e Emanuele Freitas, jornalistas das quais residem e resistem em Natal, capital do Rio Grande do Norte e como a questão de gênero e raça atravessam a vida delas dentro do jornalismo. Atualmente, no Brasil, pesquisadores negros refletem sobre o racismo estrutural na sociedade, como as pesquisadoras Sueli Carneiro, Djamilia Ribeiro, Conceição Evaristo, como também o Silvio Almeida, dentre outros nomes. Unido à pesquisa científica, também existem os sites de comunicação antirracista, feito por pessoas negras que trabalham sobre questões raciais e vivências do povo

³ Em 2021, 140 pessoas trans foram assassinadas no Brasil, 135 delas eram travestis e mulheres transexuais.

brasileiro. Desta forma, a luta antirracista passa por pensar a comunicação como um agente de formação da opinião pública.

É preciso, ainda, refletir sobre de que forma os corpos negros estão sendo apresentados pela mídia e como o feminismo negro contribui para uma sociedade mais igualitária. Ressalto que substratos deste trabalho foram aceitos no 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2022), no XVI Congresso da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC 2022), no VII Encontro Regional Nordeste de História da Mídia (Alcar Nordeste 2022) e no II Jornadas de Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Portugal (FLUC), ocasiões em que críticas e colaborações puderam ser incorporadas ao texto.

O trabalho foi dividido em três capítulos, o primeiro abordou como o feminismo pregado durante muitos anos no Brasil era racista e classista e como a interseccionalidade trouxe à tona outros marcadores além do gênero, como raça e classe. Além disso, essa parte do trabalho mostra como a divisão sexual e racial do trabalho deixou as mulheres negras para trás, dando ênfase às profissionais do jornalismo, objeto desta pesquisa. Por fim, o capítulo apresentará como o racismo estrutural se manifesta na imprensa e como é possível interpretar o racismo como uma falha ética dentro do jornalismo brasileiro além de abordar como o movimento negro adentrou no jornalismo e como jornalistas negras resistem na imprensa brasileira.

O segundo capítulo buscou conectar conceitos teóricos aos depoimentos das entrevistadas para entender como, para as mulheres negras, o marcador raça atrelado ao gênero é desafiador nas suas experiências profissionais e pessoais. Também, neste capítulo foram apresentadas as personagens, através da história de vida, metodologia que foi fundamental para construção deste trabalho.

O último capítulo debate sobre a escolha do documentário como um instrumento de resistência que, além de servir como um produto jornalístico, também é um manifesto sobre o que é ser mulher negra no estado que mais mata mulheres negras⁴. Neste capítulo, também consta o relato de produção, que elenca como foi desenvolvido o documentário fruto desta pesquisa. Por fim, este trabalho discute quais os caminhos para o jornalismo negro e feminista, além de elencar recomendações para um jornalismo feminista e antirracista, utilizando como base as necessidades e desafios relatados pelas jornalistas entrevistadas durante a pesquisa. Ao

⁴ Das mulheres assassinadas no RN em 10 anos (2009-2019), 88% eram negras. No Brasil esse percentual é de 66%. Confira os dados em: <https://saibamais.jor.br/web-stories/rn-o-mais-perigoso-para-mulheres-negras/>

final do documento, é possível conferir o roteiro da entrevista, o roteiro de edição e as referências bibliográficas desta pesquisa.

CAPÍTULO I - MULHERES NEGRAS NO JORNALISMO E O BRANQUEAMENTO DISCURSIVO

A noite não adormece nos olhos das mulheres.

Há mais olhos que sono.

Conceição Evaristo

A luta pela igualdade de gênero é histórica e presente no Brasil e no mundo. Simone de Beauvoir afirma na sua obra *O segundo sexo* (1980), que a ideia da subordinação das mulheres não é algo natural, é uma construção social e que, portanto, é possível combatê-la. Levando em consideração que as desigualdades são processos históricos que configuram um determinado padrão de relações de gênero e expressam o padrão de organização de uma determinada sociedade. Devido a união dos marcadores sociais de gênero e raça, mulheres negras enfrentam diferentes opressões de uma mulher não branca e esse fato é evidenciado principalmente na divisão sexual e racial do trabalho, uma vez que na mesma profissão, um homem branco recebe mais que o dobro de uma mulher negra⁵ e essa informação revela parte dos desafios cotidianos de uma mulher negra.

Além de receber menos que homens brancos, mulheres negras também recebem menos que mulheres não negras⁶, uma vez que a quantia que mulheres negras recebem, é 57% menor do que homens brancos e 42% menor do que mulheres brancas ganham, como também, o valor recebido por mulheres negras é 14% a menos do que homens negros recebem. Ou seja, as mulheres negras pertencem ao nível mais baixo na sociedade no que diz respeito à divisão sexual e racial do trabalho.

As divisões raciais geram consequências mais pronunciadas e excludentes, assim como têm se revelado mais difíceis de serem extintas no Brasil. Essa é a realidade das mulheres negras no mercado de trabalho, cujos processos percorridos para acessá-la, conforme bem pontua a leitura, reforçam a escassez de possibilidades intrínsecas às mulheres negras (SANTOS, DIOGO, SCHUCMAN, 2014, p. 25)

Concordamos com Gonzalez (2020) quando ela evidencia a importância de visualizar a divisão de trabalho não apenas pelo fator sexual, mas também racial: “Lidar com a divisão do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco”. Desta forma,

⁵ É possível ver a matéria completa aqui: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/15/na-mesma-profissao-homem-branco-chega-a-ganhar-mais-que-o-dobro-da-mulher-negra-diz-estudo.ghtml>

⁶ Confira aqui: <https://noticiapreta.com.br/mulheres-negras-mulheres-brancas/>

entender que a presença de pessoas negras em espaços de poder incomoda muitos que os veem como seres inferiores. Além disso, o racismo que atravessa esse corpo colabora para a exclusão ou dificuldade de acesso à níveis superiores e cargos de chefia e destaque na sociedade. Outro ponto importante para ressaltar é que mulheres negras muitas vezes assumem triplas ou mais jornadas, o que acaba sobrecarregando essas mulheres.

Em geral, as mulheres participam menos do mercado de trabalho formal por vários motivos, dentre eles, aqueles associados ao seu encargo nas tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos, que lhes são atribuídos como parte de seu papel familiar. Além disso, as empresas tendem a manter barreiras à contratação ou à ascensão na carreira das mulheres casadas e com filhos. Apesar de se defrontarem com as mesmas dificuldades das mulheres casadas, as chefes de família participam mais intensamente do mercado, provavelmente pela necessidade de proverem sozinhas o sustento da família. As chefes de família negras participam mais intensamente do mercado de trabalho do que as chefes não-negras (PINTO, 2006, p. 09)

Desta forma, é evidente como mulheres negras vivenciam mais desafios do que mulheres não negras ou homens brancos, por isso, se faz necessário refletir sobre quais mulheres estamos falando e que não basta trabalhar apenas com o gênero, mas também com a questão racial, tendo em vista a quantidade de pessoas não-brancas no Brasil. Portanto, é preciso olhar criticamente para o feminismo brasileiro, principalmente porque este ignorou durante anos as pautas de mulheres negras, além de não levar em consideração que as mulheres brancas, ainda que sofressem devido à questão de gênero, oprimiam homens negros que estavam sempre a disposição para servi-las. Assim, o feminismo branco abandonava diversas outras mulheres que não eram contempladas no discurso branco e europeu das feministas.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 2020, p. 76).

Além disso, mulheres brancas possivelmente não conseguiram detectar quais eram/são as demandas da mulher não branca, tendo em vista que são necessidades diferentes, mesmo que sejam todas mulheres. Ou seja, é necessário destacar de quais mulheres estamos falando para conseguir contemplar verdadeiramente todas as mulheres e suas necessidades específicas de acordo com seus marcadores sociais.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da

questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Desta forma, é importante ressaltar que lutar pelo direito das mulheres é lutar por todas elas, e lutar por todas elas é levantar diversas bandeiras, contra o capacitismo, a LGBTQIA+⁷fobia, racismo, classismo, dentre outros marcadores sociais que influenciam diretamente o corpo de uma mulher.

1.1 Feminismo para todas: o surgimento do feminismo negro e o conceito de interseccionalidade

Os nossos passos vêm de longe

Jurema Werneck

O feminismo é conhecido por tendências que são popularmente conceituadas como “ondas dos feminismos”⁸. Sob a ótica do feminismo estadunidense, o feminismo foi até então dividido por quatro fases: a primeira onda que ocorreu nos meados do século XIX e início do século XX, em que mulheres de classe média reivindicavam por direitos políticos, essa onda ficou conhecida pela luta pelo direito ao sufrágio universal⁹. Foi por volta da terceira onda que começou a ser enfatizada a questão racial das mulheres, e foi a partir deste momento que começou a ser trabalhada e fundida ao conceito de feminismo a interseccionalidade¹⁰. Ainda estamos construindo a quarta onda do feminismo, em que englobamos à pauta marcadores sociais¹¹ como as diversas violências que atravessam o corpo de uma mulher, como capacitismo, gordofobia, transfobia, além de neste momento o feminismo ser disseminado de uma forma avassaladora dentro do mundo virtual.¹²

O feminismo negro surge a partir de lacunas nas reivindicações por direitos do feminismo e do movimento antirracista. A partir do momento em que as pautas feministas - oriundas de uma visão branca, de classe média e europeia - e do movimento negro, que muitas vezes apenas elencava dores do homem negro, as mulheres negras eram invisibilizadas. Além

⁷ LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e mais.

⁸ Para entender melhor sobre as ondas do feminismo, confira o artigo “A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva”, das autoras Olívia Cristina Perez e Arlene Martinez Ricoldi.

⁹ O movimento sufragista foi um movimento social e político em que as mulheres reivindicaram o direito de participar do processo eleitoral, especificamente votar e ser votada.

¹⁰ Esse conceito será trabalhado no decorrer do capítulo.

¹¹ No caso desse texto, será entendido o termo “marcadores sociais” como a forma que o indivíduo é “marcado socialmente”. Por exemplo, uma mulher negra, lésbica e periférica possui pelo menos 4 marcadores sociais (gênero, raça, classe e orientação sexual).

¹² Veja em <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,buscas-no-google-sobre-feminismo-crescem-200-em-dois-anos-no-brasil,70002062987>

disso, enquanto as mulheres brancas lutavam pela emancipação de seus corpos, as mulheres negras lutavam para sobreviver, para que seus filhos - vistos como escravos - e suas filhas - que poderiam ser estupradas pelos senhores de engenho - não morressem. Ou seja, a ideia generalista de que a mulher é um ser frágil não se aplica às mulheres negras. Ademais, muitas mulheres negras eram/são submissas às mulheres brancas, uma vez que a maioria das empregadas domésticas são mulheres negras e são elas que cuidam dos filhos e da casa das mulheres brancas. Conforme demonstra bell hooks (2015), “as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social é inferior à de qualquer outro grupo”. Além disso, a autora explica como homens negros e mulheres brancas podem oprimir e explorar mulheres negras:

As mulheres brancas e os homens negros têm as duas condições. Podem agir como opressores ou ser oprimidos. Os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras. Ambos os grupos têm liderado os movimentos de libertação que favorecem seus interesses e apoiam a contínua opressão de outros grupos. O sexismo masculino negro prejudicou a luta para erradicar o racismo, assim como o racismo feminino branco prejudica a luta feminista. Enquanto definirem a libertação como a obtenção de igualdade social com os homens brancos da classe dominante, esses dois grupos, ou qualquer outro, terão um grande interesse na exploração e opressão continuada de outros. [...] É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra hegemonia. Estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na construção da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa. A formação de uma teoria e uma práxis feministas libertadoras é de responsabilidade coletiva, uma responsabilidade que deve ser compartilhada. Apesar de criticar aspectos do movimento feminista como o conhecemos até agora – crítica que às vezes é dura e implacável – eu o faço não em uma tentativa de diminuir a luta feminista, mas de enriquecer, de compartilhar o trabalho de construção de uma ideologia libertadora e de um movimento libertador (bell hooks, 2015, p. 207-208).

Assim, é importante sempre que falarmos sobre a teoria feminista e sobre opressões na vida das mulheres, elencar, conforme nos ensinou CARNEIRO (2003), destacar de que mulheres estamos falando, uma vez que as opressões se modificam a partir dos marcadores sociais que aquele indivíduo possui:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis (CARNEIRO, 2003).

Ainda sobre a importância de reconhecer sobre esse lugar de fala, o discurso “*Ain’t I A Woman?*”¹³ de Sojourner Truth, ex-escravizada, que relatou na Convenção de Mulheres em Ohio, em 1851, onde enfatiza e questiona sobre: “já que as mulheres são tratadas como frágeis, eu não sou uma mulher?”

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

É importante ressaltar que o feminismo no Brasil aconteceu em momentos diferentes dos EUA e do restante do mundo, e que o conceito de interseccionalidade e a ideia de feminismo negro estão sendo introduzidos no cotidiano da academia brasileira cada vez mais e ultrapassando as fronteiras acadêmicas. A partir desse contexto, podemos visualizar o feminismo pensado por marcadores sociais como primordial para uma luta de gênero que contemple todas as mulheres. Por isso, o conceito de interseccionalidade é fundamental para entendermos melhor a união dentro do feminismo entre raça, classe e gênero, dentre outros marcadores. O conceito de interseccionalidade foi sistematizado pela autora Kimberlé Crenshaw, em seu artigo *o Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado na *Stanford Law Review*, entretanto, é importante ressaltar que outras mulheres já estavam trabalhando com o atravessamento de opressões antes mesmo de Crenshaw¹⁴, na década de 1970 e 1980, dentro e fora do Brasil. CRENSHAW (2002) demonstra como a interseccionalidade se apresenta na sociedade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

¹³ Veja o discurso completo e traduzido: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

¹⁴ Para entender melhor sobre o assunto, recomendo o texto “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória”, de Patrícia Hill Collins, com tradução de Bianca Santana.

Outra pesquisadora que aborda essa questão elencando marcadores sociais de uma forma prática é Audre Lorde (1984), que além de elencar marcadores sociais, também afirma que não existe hierarquia entre opressões.

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e centenas de outras mulheres negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são negros. Não há hierarquias de opressão (LORDE, 1984, p. 7).

Compreender a interseccionalidade como a união de marcadores sociais é fundamental para um melhor entendimento sobre o feminismo negro. Não é possível desassociar de uma mulher negra o fato que ela é negra ou que ela é mulher, afinal, ambos marcadores contemplam o ser mulher negra. Além disso, conceitos como feminismo negro, interseccionalidade - dentre outros que demarcam a questão de gênero, raça e classe - precisam ser aplicados e direcionados às mulheres negras. Ou seja, como nos ensinou Patricia Hill Collins (2017), “é preciso aplicar essas reflexões em forma de política, assim, promovendo políticas públicas específicas para esses públicos”.

A promessa inicial do feminismo negro e a ideia de interseccionalidade que a acompanhou consistia em promover políticas emancipatórias para as pessoas que aspiravam a construção de uma sociedade mais justa. No entanto, podemos perguntar, quando se trata de abordar as questões sociais importantes do nosso tempo, o que se perde quando os projetos interseccionais contemporâneos de conhecimento falham em incorporar um ethos de justiça social? Mais importante, o que se pode obter se nos esforçarmos para desenvolver projetos interseccionais de conhecimento mais robustos, que tenham a justiça social em seu cerne? (COLLINS, 2017, p. 4)

Destacamos ainda que a nossa intenção aqui é elencar a trajetória de alguns termos importantes para a compreensão da pesquisa, como também, refletir de que forma podemos utilizar esses conceitos tão fundamentais para a compressão de opressões estruturais em favor das pessoas oprimidas. Assim, destacamos algumas autoras que no nosso entendimento foram fundamentais, mas logicamente essas reflexões já aconteciam nos movimentos sociais e nas pessoas que lutavam por uma vida digna antes mesmo de chegar dentro do universo acadêmico. No Brasil, a pesquisadora Carla Akotirene é uma das referências sobre o conceito de interseccionalidade ela relembra, a partir da obra de CRENSHAW (2002), que a interseccionalidade não é sobre hierarquizar marcadores, mas compreendê-los como um todo do ser.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisar quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas,

repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

Carla Akotirene (2019) nos ensina sobre questões fundamentais que já foram elencadas anteriormente de forma vanguardista por Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2003) nas décadas de 1970 a 1990 no Brasil. Por isso, destacamos como a ideia de interseccionalidade já era discutida antes mesmo de ser utilizado o termo “interseccionalidade”. Em contexto nacional, para dar destaque às pautas destinadas às mulheres negras, é celebrado o Julho das Pretas, um mês inteiro voltado à agendas que contemplem a questão de gênero e raça aliadas unicamente ou unidas a outros marcadores sociais. No dia 25 de julho é comemorado o Dia Internacional da Mulher Negra Afro latino-americana e Caribenha. Essa data foi escolhida durante o 1º Encontro de Mulheres Negras Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, quando também foi criada a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, em 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana. Em 2014, a ex-presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei Nº 12.987/2014¹⁵, que define o dia 25 de julho como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, fazendo alusão à líder de quilombo Tereza de Benguela.¹⁶

1.2 Onde estão as mulheres negras no jornalismo?

Após entendermos o quanto o racismo foi e é um empecilho na vida das mulheres negras, começamos a refletir sobre qual local social foi destinado para as mulheres negras e quais locais elas ocupam atualmente. Afinal, as mulheres negras passaram pelo processo de escravidão, no qual elas eram serviçais da branquitude e até hoje sua imagem é atrelada à mulher que serve aos brancos, como empregada doméstica, ou em funções de níveis básicos e médio. Mulheres negras sofrem dentro de espaços como o jornalismo justamente por não ter outras mulheres semelhantes e isso acaba permitindo a ideia de que elas não são bem-vindas ali - e muitas vezes não são - além de não estar no imaginário social que mulheres negras podem ocupar esses espaços, um exemplo é o caso da Glória Maria, jornalista negra que foi barrada de entrar em um hotel porque o gerente informou que pessoas negras não podiam entrar.¹⁷

Quando falamos em desigualdade social, as taxas do Brasil são altas. Na educação, por exemplo, a diferença de mulheres brancas e negras alfabetizadas é grande.

¹⁵ Leia a lei na íntegra aqui: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/121979888/lei-12987-14>

¹⁶ Conheça mais sobre Tereza de Benguela em: <https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacecult/noticias/220-tereza-de-benguela-a-escrava-que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios>

¹⁷ Confira o relato aqui: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/09/4878732- gloria-maria-foi-primeira-no-brasil-a-usar-lei-contra-racismo.html>

Enquanto 90% das mulheres brancas são alfabetizadas, o número de negras na mesma condição cai significativamente. São cerca de 76%. No mercado de trabalho, o número é mais alarmante. Para ter uma ideia, o salário de duas mulheres negras corresponde ao valor salarial de uma mulher branca. Ou seja, a separação racial sempre existiu, e o negro, desde que chegou ao Brasil, sofreu com a escravidão e com o preconceito existente até hoje. No jornalismo, isso não foi diferente, principalmente no texto televisivo. (SANCHOTENE, ZUCOLO, PEDROZO, 2018, p. 423)

Essa dificuldade de mulheres negras em espaços de poder é evidente e histórico, principalmente porque elas não se encaixam em um padrão estético, que foi estabelecido pela supremacia branca que vê corpos negros apenas como alvo. E justamente por isso, as mulheres negras não possuem as características fenotípicas necessárias para se enquadrarem no que é tido como de “boa aparência” e isso dificulta, e muito, a visibilidade das mesmas.

Mulheres negras encontram óbvias dificuldades em ser contratadas por esse setor porque muitas dessas atividades de nível médio requerem contato direto com o público, como testemunham os anúncios para tais cargos, que mencionam o requisito da “boa aparência”. Na prática, “boa aparência” significa que a candidata pertence ao grupo racial dominante (GONZALEZ, 2020, p. 159).

No jornalismo, as mulheres também sofrem essa exigência da “boa aparência” resultando na sua exclusão desses espaços. A participação de mulheres negras nos locais de destaque sempre foi escassa, principalmente devido ao acesso restrito de pessoas racializadas em ambientes como universidades. Entretanto, a realidade vem mudando e atualmente devido ações afirmativas dentro das universidades públicas e privadas do Brasil, dando destaque à Lei das Cotas Raciais¹⁸. O que pode evidenciar isso é o aumento de pessoas negras dentro do jornalismo, em 2012 a quantidade de pessoas negras no jornalismo era de 23% e na última pesquisa divulgada sobre o Perfil dos Jornalistas Brasileiros (2021), foi apontado um aumento de 7%, totalizando 30% de profissionais negros dentro do jornalismo brasileiro em 2021.

Desta forma, a presença de mulheres negras em espaços de ensino e trabalho em níveis superiores é um reflexo da Lei de Cotas aplicada à realidade. Uma figura singular na televisão brasileira é a jornalista Glória Maria, que aparece na TV desde 1971, quando esse espaço ainda era majoritariamente branco e masculino. Ela já falou diversas vezes sobre questões relacionadas ao racismo e a sua profissão, além disso, ela pertence a história da televisão brasileira, principalmente quando estamos falando de participação de pessoas negras no jornalismo audiovisual no Brasil.

¹⁸ Sancionada em 2012, prevê que parte das vagas em universidades, institutos federais e concursos públicos sejam destinadas a pessoas negras, além de cotas direcionadas a pessoas que cursaram o ensino médio em escolas públicas e também destinada à população com renda familiar abaixo de 1,5 salários mínimos. A Lei de Cotas democratizou a participação de pessoas negras e de baixa renda dentro de universidades e consequentemente no mercado de trabalho. Entenda melhor sobre a Lei das Cotas Raciais no Brasil em: <https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/>

No jornalismo, à medida que mulheres passam a ocupar espaços tradicionalmente dominados pela presença masculina, o modo como os sujeitos femininos se conformam exibe uma tensão entre a adequação a uma postura convencionalmente reconhecida como masculina - pela recorrência ao uso de *tailleur*, cabelos curtos, pouco uso de acessórios que configuram o sentido de seriedade e credibilidade dominantes à época - e a convocação, ainda que pela sua simples existência naquele contexto, de uma esfera de valores e sentidos relacionados aos seus papéis sociais como mãe e mulher (VILAS BÔAS, 2020, p.169).

Apesar dos avanços nos debates sobre gênero e raça dentro e fora do jornalismo, a realidade ainda é difícil para mulheres negras que tentam diariamente driblar o racismo e machismo estruturais na sociedade brasileira. A quantidade de mulheres negras na imprensa têm aumentado com o passar dos anos, entretanto, estamos em passos lentos e desafiadores para essas jornalistas. De acordo com a pesquisa realizada para o “Perfil dos Jornalistas Brasileiros (2021)”, 68% das jornalistas brasileiras são brancas, esse dado comprova que ainda temos um longo caminho pela frente para conseguir a igualdade racial em esferas de poder como a imprensa.

Problematizar a baixa presença de mulheres negras nos cargos de chefia em empresas jornalísticas é observar como o racismo se manifesta, mesmo que de modo não explícito ou nominado, dentro desses ambientes. Tal ação é crucial para o enfrentamento das desigualdades de raça, fortemente enraizadas em nossa cultura. As políticas de ação afirmativa, por exemplo, têm o potencial de permitir abertura de espaços para que mulheres e homens negros possam almejar cargos de poder no mercado de trabalho e na academia (SANTOS, 2022, p. 29).

Lamentavelmente, também não são bons os dados sobre a presença de pessoas negras na imprensa do Rio Grande do Norte, conforme informa a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), no RN 295 mil pessoas se declaram como negros, esse número aumentou mais de 230% em 10 anos - antes apenas 89 mil potiguares¹⁹ se autodeclaravam como negros. Neste território estão apenas 1% dos jornalistas brasileiros²⁰ que responderam à pesquisa. Não conseguimos rastrear dados que comprovem a quantidade de mulheres negras dentro do jornalismo norte-rio-grandense, entretanto, pela quantidade baixa de pessoas racializadas no cenário nacional, é possível concluir que o número de mulheres negras no jornalismo do Rio Grande do Norte também é baixo.

¹⁹ Quem nasce no Rio Grande do Norte é popularmente conhecido como “potiguar”, que tem origem tupi, que significa “comedor de camarão”. Entenda melhor em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/camara-es-o-sabor-mais-lebrado-pelos-potiguares/526553>.

²⁰ Dados do Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021.

Figura 1 - Negros e Negras no Jornalismo Potiguar.

Fonte: Agência SaibaMais (2018).

1.3 O jornalismo foi feito para quem?

O Brasil foi invadido e colonizado pelos europeus a partir de 1500, promovendo assim o genocídio indígena e a escravidão de negros e indígenas. Fomos o último país das Américas à abolir a escravidão e essa informação reflete bastante no comportamento da sociedade brasileira, cuja desigualdade social e racial influencia nas nossas vidas até hoje. As marcas do racismo estão presentes na sociedade brasileira e é evidenciada a partir da ausência de pessoas negras em espaços de poder como no jornalismo. É notável que a imprensa vem se modificando com o tempo e tentando abordar questões voltadas para a negritude, mas a abordagem parte de uma narrativa colonizadora e branca, o que não promove de forma eficaz as informações e abrangência da notícia com ênfase racial. Além disso, é importante ressaltar que a

representatividade na mídia acontece principalmente devido à pressão social do movimento negro em relação a participação pessoas negras em espaços de poder, e não representa uma preocupação genuína da grande mídia, ou seja, essa mudança é mais mercadológica do que sociológica.

Entendendo que a grande mídia parte de uma narrativa colonizadora e branca, surge a necessidade da mídia contra hegemônica, que contribui para a disseminação de informações que fogem do padrão branco que beneficia somente a classe dominante. Afinal, “para construir uma narrativa contrária e contra hegemônica, tem que haver uma narrativa hegemônica para ser desmontada” (ANDRADE, NUNES, 2021). Portais de mídia contra hegemônica permitem uma maior abrangência de narrativas negras, em que pautas raciais e que contemplem pessoas negras são cada vez mais evidentes. Esse movimento parte também de jornalistas negros que tem o intuito principalmente de noticiar informações e pautar na narrativa de pessoas negras, o que é algo distante da grande mídia. De acordo com Silvio Almeida, no livro “O que é racismo estrutural?” (2019), o racismo se configura de diversas maneiras na sociedade e é urgente colocar esse obstáculo social como algo que pertence a todos e todas, além disso, encarar o racismo como estrutural permite que as reflexões sobre as questões de raça na sociedade sejam visualizadas para além do indivíduo.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (ALMEIDA, 2019, p. 35).

Ou seja, o racismo estrutural faz com que a sociedade lide como normais/naturais diversas situações preconceituosas do cotidiano, todavia, essas situações e discursos dificultam a democratização da mídia e reconhecimento de outras narrativas diferentes da mídia hegemônica. Outro conceito importante para entender o que ocorre com o apagamento de pessoas negras em espaços de poder como o jornalismo é o epistemicídio, que é atrelado principalmente à esfera da educação - que já trabalhamos aqui - como também todo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam (CARNEIRO, 2005).

Pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2005, p. 324).

A partir do momento em que um veículo não divulga informações sobre pautas raciais, aquela pauta cai no esquecimento da sociedade, levando em consideração que a mídia está

estritamente ligada à opinião pública, afinal, compreendendo o jornalismo como criador de sentido - sendo assim, criador de imaginários - se a esfera jornalística ignora pautas como as raciais, é legitimado no imaginário social que aquela situação é inexistente ou que não é importante - uma vez que não está sendo noticiada. Precisamos encarar essa realidade como uma falha ética no jornalismo, tendo em vista que no Artigo 1º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, aponta o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. Se as informações cruciais para a história da maioria populacional no Brasil não são noticiadas, há problemas dentro do jornalismo e isso é resultado do racismo estrutural, que lamentavelmente está enraizado na população brasileira.

Encarar o racismo estrutural como um vício na narrativa jornalística que contraria o preconizado no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é um passo importante para começarmos a pensar em maneiras de abordar a realidade de maneira mais verídica e ética, comprometida com a pluralidade da sociedade brasileira e com a democracia informacional. Além disso, o racismo estrutural dificulta o avanço de narrativas jornalísticas sobre a população negra que podem contribuir com práticas sociais antirracistas . É preciso enxergar a comunicação como um direito humano, e por se tratar de um direito humano, precisa ser um espaço coletivo e não excludente, diferente do que temos atualmente na imprensa. De acordo com GOMES (2007), a comunicação vem ganhando esse sentido de direito necessário para a sociedade:

A comunicação como direito humano vem erguendo sua afirmação na história, na medida que ganha credibilidade e legitimidade de grupos cada vez mais amplos e diversos; sua fundamentação enquanto conceito, provocando debates epistemológicos e políticos; buscando assim a ambiência da positivação. E tudo isso, não se pode olvidar, acontece sob a égide da disputa (GOMES, 2007, p. 131).

Desta forma e conforme mencionado anteriormente neste trabalho, no campo jornalístico é evidenciada a ausência de pessoas negras, mas esse é um projeto histórico e que reproduz o racismo estrutural da sociedade brasileira. Também como já mencionado, o jornalismo promove o racismo estrutural não apenas pela ausência de pessoas negras, mas também pela construção de narrativas que produzem violências simbólicas, e mesmo tentando defender a ideia que é “neutro”, o jornalismo hegemônico promove violências simbólicas e é politicamente direcionado para seus interesses comerciais.

O jornalismo informativo gênero supostamente “não contaminado” pela opinião, pela valoração e pela ideologia define a si mesmo como imparcial e isento. Faz parte de seu jogo discursivo fazer crer que ele se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade. Não poderia ser diferente, já que o que está em jogo é sua credibilidade como diz Bourdieu, seu “capital”, aquilo que lhe confere valor. Ou,

como diria Michel Foucault, na posição em que está, o jornalismo não poderia dizer outra coisa de si mesmo. A mídia não está fora do mundo que pretende retratar. É imperfeita, complexa e inacabada como ele, e em seu interior se movem sujeitos plenos de pensamentos, ideias e interesses a defender (BENETTI; JACKS, 2001, p. 1)

Portanto, é necessário perceber que o jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentidos (BENETTI, 2008), além disso, a maneira pela qual o jornalismo escolhe a narrativa para tratar questões raciais e de pessoas negras, demonstra um branqueamento discursivo, o que reforça práticas do racismo estrutural.

O jornalismo é um modo de conhecimento: ele tanto produz um conhecimento particular sobre os fatos do mundo, quanto reproduz os conhecimentos gerados por outras instituições sociais. Mas o conhecimento não pode ser apenas transmitido ou repassado, ele é recriado (BENETTI, 2008, p. 4)

Assim, ressaltamos a importância em compreender as camadas de opressões e como o racismo discursivo e o branqueamento discursivo atrapalham na construção de uma sociedade menos racista, uma vez que reproduzem práticas racistas. Além disso, é preciso analisar criticamente o discurso, afinal, por se tratar de racismo estrutural, muitas vezes situações de opressões podem passar despercebidas por quem as cometem. A imprensa negra e coletivos de pessoas racializadas seguem na resistência por uma atenção maior a essas pautas, o que têm pressionado a mídia hegemônica a modificar algumas de suas narrativas, mas sabemos que é necessário mais.

1.4 O jornalismo também é nosso: a importância de uma imprensa antirracista.

Algumas obras acadêmicas já norteiam o debate sobre a importância de uma imprensa antirracista e o que é o jornalismo negro, mas por entendemos que estamos vivendo diariamente mudanças - ainda que poucas - mas estruturais dentro do jornalismo, separamos alguns momentos históricos sobre a imprensa negra e/ou a participação de pessoas negras em destaque no jornalismo - especificamente no telejornalismo. Em setembro de 1833 surge o primeiro jornal da imprensa negra brasileira, o pasquim²¹ “O Homem de Cor”, algo que chama bastante atenção neste jornal é no cabeçalho ter a transcrição de um trecho da Constituição de 1824, que

²¹ Entende-se como “pasquim” um panfleto ou jornal afixado em lugares públicos que difamam governos ou figuras públicas - muitas vezes com o intuito de denúncia.

menciona sobre “Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares [...]”. Magalhães²² (2006) analisa sobre esse trecho:

Ao longo desse texto oficial - uma proposta apresentada na Corte -, estimulado pelo temor de os “homens de cor” chegarem ao controle de importantes espaços políticos e públicos, Manuel Zeferino dos Santos, o presidente, propõe a divisão de classe dos cidadãos de acordo com a tonalidade da pele, de modo a essa pautar a distribuição diferenciada e hierarquizada de cargos públicos. Em outras palavras, o objetivo era a instalação de uma forma mais eficaz de controle do poder, em que, no caso da Guarda Nacional, as altas posições não poderiam ser ocupadas pelos “homens de cor”, a classe mais numerosa, por isso ameaçadora (MAGALHÃES, p. 18, 2006)

O observatório da imprensa explica sobre como a imprensa negra trabalhava a questão racial dentro dos seus jornais e revistas:

Nos séculos XIX e XX, a imprensa negra discute intensamente a questão abolicionista, levanta-se contra o preconceito racial e é pautada na afirmação social da população negra. Os jornais e revistas da categoria eram, de modo geral, compostos por coletivos e grupos, que também utilizavam as mídias para divulgar eventos próprios da população negra. Nestas primeiras décadas do século XXI, jornais e revistas negros continuam combativos e vigilantes, carregando bandeiras de integração e equidade racial dentro da sociedade brasileira, movimentada por mudanças governamentais e sociais (OBSERVATÓRIO..., 2019).

Do primeiro jornal da imprensa negra (publicado em 1833) para cá aconteceram diversos momentos significativos para a imprensa negra, entretanto, neste trabalho vamos destacar a participação de pessoas negras de uma forma mais recente. Em 1950 acontece a chegada da televisão no Brasil, a primeira TV do Brasil foi a TV Tupi, após a inauguração da TV, surge no dia 19 de setembro de 1950 a transmissão do primeiro telejornal do Brasil, o “Imagens do Dia”. A partir deste marco, a televisão se tornou um dos maiores meios de informação no país e até hoje é um veículo que detém poder e prestígio social.

À medida que crescem o acesso à internet e o uso de smartphones, aumentam os serviços e o consumo de vídeo on-line on demand. Além disso, há uma tendência das redes sociais romperem com a pauta de debates impostas pelos meios tradicionais, porque a produção de conteúdos na internet, associada à mobilidade, é descentralizada e difícil de controlar. No entanto, a televisão ainda é a principal fonte de informação e entretenimento para a maioria da população brasileira (BECKER, 2016, p. 24).

Quando nos referimos à participação de mulheres negras dentro do jornalismo brasileiro, normalmente recordamos da Glória Maria e essa lembrança acontece por motivos justificáveis, uma vez que Glória Maria foi a pioneira em muitos aspectos dentro da televisão

²² O trabalho da pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2006) menciona sobre a imprensa negro do Século XIX de uma forma completa, recomendamos a leitura.

brasileira. A jornalista nasceu no Rio de Janeiro (RJ) e está na TV Globo²³ desde 1971. O seu início da carreira na Globo como repórter foi em 1971²⁴, na cobertura do desabamento do Elevado Paulo de Frontin, no RJ. Em 1974, Glória Maria tem a sua estreia em vídeo, na cobertura sobre os jogos da Copa do Mundo, em que a jornalista vai até o Hotel das Palmeiras, onde a Seleção Brasileira de Futebol estava concentrada para os jogos. Foi em 1986 que a jornalista iniciou seu trabalho na equipe do Fantástico e se tornou apresentadora de 1998 a 2007. Glória Maria realizou a primeira transmissão em HD da televisão brasileira, em uma reportagem no Fantástico, esse fato aconteceu em 2007.

Figura 2 - Glória Maria em reportagem exibida pela TV Globo em 20 de novembro de 1981.



Fonte: Memórias Globo.

Glória Maria é uma das maiores jornalistas negras que o Brasil já teve, principalmente pelo seu pioneirismo em tantos aspectos, mas sobretudo devido a sua permanência depois de tantos anos na TV Globo. Uma jornalista que há muitos anos está na TV Globo, mas não tem tanto reconhecimento é Zileide Silva, que desde 1997 compõe o quadro de profissionais do jornalismo da Globo, ela é conhecida por noticiar sobre economia no Jornal Nacional e ficou conhecida principalmente pela cobertura diária do Palácio do Planalto, dos ministérios e do Congresso. Outro jornalista marca a participação de negros na TV brasileira é o jornalista paulista Heraldo Pereira, que comandou a bancada do Jornal Nacional durante os sábados em 2002.

Depois de alguns anos, situações pioneiras voltam a ser destaque no telejornalismo brasileiro, dentre elas, a primeira bancada composta por pessoas negras aconteceu em agosto de 2018, Luciana Camargo e Rodrigo Cabral foram os responsáveis pelo momento histórico,

²³ Fundada em 1965, a TV Globo é uma rede de televisão aberta brasileira com maiores audiência

²⁴ Confira aqui a reportagem: <http://globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/depoimento-gloria-maria-queda-do-viaduto-paulo-de-frontin-1971/2790303/>

que dividiram esse momento no principal jornal da emissora Rede TV! News²⁵. Em 2019, a jornalista Maju Coutinho se tornou a primeira mulher negra a ocupar a bancada do Jornal Nacional, da TV Globo.

Figura 3 - Maju Coutinho como âncora no Jornal Nacional, da TV Globo.



Fonte: Reprodução/TV Globo.

Em 2022, outros dois marcos para a televisão brasileira: em janeiro a Record News²⁶ se tornou a primeira emissora da televisão brasileira a ter duas jornalistas negras no comando do principal telejornalismo e em abril os jornalistas Aline Midlej e Heraldo Pereira formaram a primeira dupla negra a ocupar a bancada do Jornal Nacional, da TV Globo. O Site Negrê, o primeiro portal de notícias e mídia negra nordestina no Brasil escreveu sobre as duas mulheres negras na bancada da Record News:

Esse acontecimento representa um grande progresso em comparação com a primeira vez em que dois negros apresentaram juntos um telejornal de horário nobre, em 2018, sete décadas depois da primeira transmissão oficial de televisão no país. O feito representa um marco no combate à desigualdade racial no país (GOMES, 2022).

Atualmente a jornalista Maju Coutinho tem recebido bastante destaque pela sua trajetória dentro da TV Globo, emissora que ela está desde 2007. Antes de assumir o posto de informações meteorológicas - que durou de 2013 a 2017 - no Jornal Nacional, Jornal Hoje, Hora Um e Bom Dia Brasil, Maju foi repórter de rua para o SPTV²⁷, um jornal local. Em 2019, a jornalista deixou o posto de informações meteorológicas para assumir a bancada do Jornal Hoje como âncora. No mesmo ano, ela foi anunciada como apresentadora eventual do Fantástico, em que ela apareceu em agosto de 2019, em 48 anos da criação do Fantástico, Maju foi a segunda jornalista negra a comandar o Fantástico.²⁸

²⁵ RedeTV! News é um telejornal noturno produzido e exibido pela RedeTV! desde 2005.

²⁶ Record News é um canal de TV brasileira fundado em setembro de 2007.

²⁷ Telejornal local de São Paulo exibido pela Rede Globo.

²⁸ A primeira foi a jornalista Glória Maria, em 1998.

Quadro 1 - Breve linha do tempo sobre o pioneirismo de mulheres negras no telejornalismo brasileiro.

ANO	ACONTECIMENTO
1833	Criação do primeiro jornal negro brasileiro, o “Homem de Cor”.
1950	Primeiro telejornal da televisão brasileira, da TV Tupi, o “Imagens do Dia”.
1971	Entrada da jornalista Glória Maria na Rede Globo, com a cobertura do desabamento do Elevado Paulo de Frontin, no Rio de Janeiro.
1974	Glória Maria se torna a primeira mulher negra a aparecer na TV Brasileira, quando fez a cobertura da Seleção Brasileira nos jogos da Copa do Mundo daquele ano.
1996	A jornalista Glória Maria integrou a equipe do Fantástico e de 1998 a 2007 foi apresentadora do programa.
2007	Glória Maria realizou a primeira transmissão em HD da televisão brasileira, em uma reportagem no Fantástico.
2013	Maju Coutinho participa de principais programas de telejornais da Globo assumindo o quadro de meteorologia.
2018	Primeira bancada composta por pessoas negras, com a participação de Luciana Camargo e Rodrigo Cabral no principal jornal da emissora Rede TV! News.
2019	Maju deixa o quadro de meteorologia e assume o Jornal Hoje como âncora.
2019	Maju Coutinho se tornou a primeira mulher negra a ocupar a bancada do Jornal Nacional, da TV Globo.
2019	Maju começa a aparecer aos domingos na TV Globo, participando eventualmente do Fantástico.
2020	Bancada negra para falar sobre racismo durante a pandemia na Globo News após o programa receber críticas de internautas sobre pessoas brancas estarem falando sobre racismo quando a Globo possuía jornalistas negros para fazer isso.
2021	Maju Coutinho estreia como apresentadora oficial do programa Fantástico.
2022	A Record News se tornou a primeira emissora da televisão brasileira a ter duas jornalistas negras no comando do principal telejornalismo.
2022	Os jornalistas Aline Midlej e Heraldo Pereira formaram a primeira dupla negra a ocupar a bancada do Jornal Nacional, da TV Globo.

Fonte: A autora (2022).

É notável que todos os jornalistas citados acima construíram marcos e a história da imprensa negra e mesmo listando alguns dos passos importantes para a construção de um jornalismo mais plural, é importante ressaltar que esses feitos ainda são poucos e recentes, além disso, a presença dessas pessoas significam muito em um espaço de mídia hegemônica e tradicional, mas além da presença desses jornalistas, para o jornalismo antirracista, é necessário uma mudança de narrativas. Trabalhar com jornalismo dando ênfase às questões raciais é um

desafio devido principalmente à estrutura racista da sociedade brasileira e como isso reflete diretamente em espaços de poder como a imprensa. De forma geral, “a imprensa negra é formada pela prática jornalística feita por e para pessoas negras que buscam controlar os códigos da dominação e subvertê-los” (PINHEIRO apud. MAGALHÃES). De acordo com Araújo (2019), a imprensa negra surge a partir da luta contra o racismo.

Compreendemos a imprensa negra a partir do conceito de veículos de comunicação especializados na temática racial, na luta contra o racismo e comprometidos com a construção de narrativas negras sobre os diversos assuntos (economia, política, esportes, cultura, dentre outros). A imprensa negra tende a se diferenciar da tradicional não apenas por produzir mais conteúdos (proporcionalmente) sobre a questão racial, mas por destacar o protagonismo negro nas diversas questões vivenciadas pela sociedade (ARAÚJO, 2019, p. 213).

É importante ressaltar que o combate ao racismo se dá de diversas maneiras dentro da imprensa, além da mudança de narrativas quando relacionada às pessoas negras, a presença de profissionais negros no corpo das empresas do campo midiático e jornalístico também é uma forma combater ao racismo estrutural da sociedade, dessa forma, a união de narrativas sem violação a humanidade das pessoas negras aliada a presença de profissionais negros dentro de espaços de poder como a mídia são alguns dos passos melhorar a realidade que temos atualmente, afinal, comunicação antirracista é uma comunicação democrática e precisa ser enxergada como um direito humano.

CAPÍTULO II - JORNALISMO: A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS DE VIDA?

*“Essa escrita da vida das mulheres negras,
essa escrita das nossas experiências,
que vazam no nosso texto criativo,
que vazam na nossa literatura,
não é para adormecer os da casa grande
e sim para acordá-los”*
Conceição Evaristo

Escrever sobre a vida de pessoas é sempre um desafio - até mesmo para jornalistas profissionais - porque cada história revela sobre quem é aquela pessoa e o seu redor, afinal, somos a união de muitas narrativas. Apesar de algumas das entrevistadas desta pesquisa já se conhecerem e terem cursado o mesmo curso na mesma universidade, suas trajetórias são completamente diferentes. Entrevistar e conhecer melhor a vida dessas mulheres, que muitas vezes são vistas apenas como profissionais, foi um desafio e um privilégio. Entrar na casa, ouvir o choro da bebê, o cheiro de café que foi feito antes da gravação e que invadiu o ambiente, o jeito de sorrir, a forma de falar com seus companheiros, dentre tantos outros detalhes que são vivenciados no ato de entrevistar é sem dúvidas um presente para qualquer jornalista. Este relato aqui condiz com o que eu vivenciei ao lado dessas mulheres enquanto entrevistava cada uma delas, mas suas histórias são mais amplas que esse texto. A reportagem é um recorte da vida daquele indivíduo e eu espero que esse recorte escolhido por mim seja um recorte respeitoso e que contemple principalmente as entrevistadas que abriram suas casas - e vidas - para eu conhecer.

Eliane Brum²⁹ foi a primeira jornalista que fez eu me apaixonar pelo jornalismo, o seu texto “A mulher que alimentava”³⁰ foi um daqueles textos que você nunca mais esquece. Quando eu o li pela primeira vez, pensei “quero fazer isso”, “isso é jornalismo para mim” e desde então a Brum tem sido uma das maiores referências de como trabalhar grandes reportagens: com humanidade, informação séria, crítica à tantas desigualdades sociais, parcialidade - afinal o jornalismo não é imparcial, comprometimento com a verdade e por fim, responsabilidade com os entrevistados e suas histórias. Brum me ensinou também sobre como o jornalismo seleciona quais histórias vão contar e como vão elaborar aquela narrativa.

²⁹ Eliane Brum é jornalista, escritora e conhecida por suas grandes reportagens. Conheça mais em: <http://elianebrum.com/biografia/>

³⁰ Leia o texto na íntegra em: <http://elianebrum.com/reportagens/a-mulher-que-alimentava/>

O livro intitulado de “A vida que ninguém vê”³¹ comprova como algumas pautas são negligenciadas colaborando para o esquecimento das histórias pela mídia tradicional. Depois que entrei em jornalismo e conheci a possibilidade de contar outras histórias e narrativas, comecei a dar destaque à histórias de vida de pessoas - em especial mulheres - negras e de periferia, enfatizando a vida dessas mulheres, sem romantizar o sofrimento alheio e sem manter essas mulheres em narrativas de subalternidade. Os conceitos de entrevista em profundidade, história oral, biografia, histórias de vida, dentre outros são fundidos e acabam um fazendo parte do outro e todos fazem parte do jornalismo literário e como demonstra Pena (2006) este gênero jornalístico tem como maior objetivo ultrapassar os limites dos acontecimentos e trazer profundidade aos relatos e histórias:

Afinal, o que é jornalismo literário? Não se trata apenas de fugir das amarras da redação ou de exercitar a veia literária em um livro-reportagem. O conceito é muito mais amplo. Significa potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos (PENA, 2006, p. 6).

Para execução do estudo, utilizamos a história de vida como metodologia que permite através da entrevista em profundidade uma aproximação com as entrevistadas. A escolha por essa metodologia permitiu compreender como os marcadores sociais (gênero, raça, classe) influenciam na atuação profissional. Ou seja, “as histórias de vida são narrativas centradas em indivíduos ou grupos sociais cujo objetivo é elucidar situações e questões bem demarcadas, prioritariamente interessadas em focalizar a participação humana no desenrolar da história contemporânea em movimento” (LIMA, 2002, p. 5). Conforme menciona NOGUEIRA (2004), a história de vida se propõe a uma escuta comprometida, engajada e participativa. É importante ressaltar que apesar de serem mulheres negras e jornalistas que residem na mesma cidade, a história de vida dessas mulheres diferenciam umas das outras e a maneira como elas enfrentam o racismo também se torna diferente.

Cada um de nós é uma biografia, uma história. Cada um de nós é uma narrativa singular que, de um modo contínuo, inconsciente, é construída por nós, por meio de nós e em nós - por meio de nossas percepções, sentimentos, pensamentos e ações, e, não menos importante, por nosso discurso, nossas narrativas faladas. Biologicamente, fisiologicamente, não somos muito diferentes uns dos outros; historicamente, como narrativas, cada um de nós é único (SACKS, 1997, p. 129).

³¹ Confira mais em <http://elianebrum.com/livros/a-vida-que-ninguem-ve/>.

O uso desta metodologia possibilitou uma coleta de informações que deitou nítido como as questões de raça e gênero são perpetuadas em todas as esferas da vida das mulheres entrevistadas. Além disso, é possível perceber como as jornalistas driblaram o racismo e machismo, que são estruturais na nossa sociedade, e hoje ocupam espaços de poder, como o meio acadêmico e o jornalismo. Entendendo a metodologia história de vida como crucial na compreensão da visão de mundo do/a entrevistado/a e do contexto em que vive, Mônica Martinez (2008) aponta:

Uma história de vida bem mapeada permite não só ampliar a visão de mundo do entrevistado, mas que esta ação, à semelhança dos círculos concêntricos que se expandem a partir de uma pedra jogada na água, permite aumentar a consciência num nível histórico, familiar, comunitário e até planetário (MARTINEZ, 2008, p. 43)

Neste exercício de escrita, escuta e aprendizado, conheci a Conceição Evaristo na literatura e percebi que existem muitas histórias que precisam ser contadas e que são silenciadas, como também, muitas dores que foram silenciadas e foram provocadas pelo capitalismo, machismo e racismo, por isso, aprendi neste percurso a valorizar as histórias que conheci e me encontrei um pouco em cada uma delas. Sem dúvidas, as histórias dessas mulheres entrevistadas são um pouco da minha história também. É através da escrevivência que nos ensinou Conceição Evaristo que estou tecendo a minha história com a de outras jornalistas negras.

2.1 Tecendo histórias entre o jornalismo e as mulheres negras

a. Manu Freitas: nordeste, fotografia e simplicidade

A primeira entrevistada do documentário foi Manu Freitas, jornalista, doutoranda, fotojornalista, cordelista, filha do saudoso Manoel do Coco, mãe da pequena e esperta Cecília e do João Emanuel. Ela é o Nordeste em forma de gente: inteligente, sorridente, resiliente e perseverante. Seu casamento foi com temática nordestina, na sua casa tem quadros como “beijar é bom demais, mas tu já ouviu falar em cuscuz com leite?” e uma imagem xilografada³² do seu pai, o multiartista Manoel do Coco, do qual Manu considera o maior professor da sua vida e se emociona sempre que fala sobre ele. Manoel não esteve como aluno ou professor nas universidades, aliás, o poeta aprendeu a ler e escrever sozinho. O autodidata era sempre convidado pela universidade para ensinar, mas nunca para estudar. "Eu não entendia porque meu pai tão inteligente não estava nesse espaço. Então eu sempre quis estar neste espaço para representar meu pai. Sabe? Pra dizer ‘meu pai não chegou, mas eu cheguei aqui por ele’”, e Manu chegou. Chegou e hoje caminha para ser professora.

É impossível não se emocionar ao ouvir Manu recitando uma poesia sua ou do seu pai. Naquelas palavras é fácil perceber o respeito, afeto e orgulho de ser quem é e de onde vem. Manu tem orgulho de ser quem é. De ser a mulher que é, de ocupar o espaço que ocupa e de nascer, crescer e viver neste solo nordestino, que tanto sofre por desrespeito alheio. É na simplicidade da sua fala que a jovem jornalista revela sua força, é no sorriso e risada contagiante que percebemos a humildade do ser Manu. Ela reconhece que não tem como falar dela sem falar das pessoas que ela ama e admira, sem falar das pessoas que possibilitaram ela chegar até aqui: “eu sou uma construção de muitas pessoas”, afirma com um sorriso no rosto ao responder “quem é Manu”. Nascida e crescida em Natal, ela é uma mistura do Ceará e Rio Grande do Norte, sua mãe veio do Ceará e seu pai é de Barcelona, interior do RN.

³² A xilogravura é uma técnica que entalha a madeira e pinta as partes elevadas, esse tipo de arte é utilizada para ilustrar as poesias e literatura de cordel. Entenda mais em: <https://www.appai.org.br/appai-educacao-revista-appai-educar-edicao-142-cordel-encantado/>

Figura 4 - Manu Freitas em uma apresentação na UFRN.



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada (2022)

Desde criança, foi incentivada a fazer o que queria. “Eu amava viver no meio da rua, no meio dos meninos, nunca fui muito uma menina como a sociedade queria que eu fosse, convencional, ‘num’ gostava muito de brincar de boneca, gostava mais de carrinho, de brincar com os meninos, desde criança, né? Então meu pai já me levava pra escolinha de futebol, então naquela época, as meninas não gostavam muito, assim, ou gostavam e não tinham esse espaço, mas meu pai me incentivava mesmo a ocupar os espaços que eu queria”, relata ao lembrar de sua infância.

Foi a partir de seu pai que Manu se apaixonou pelas palavras e por histórias e desde então, é isso que move a jornalista: histórias e palavras. “Desde sempre eu sabia que eu queria contar histórias, só que eu não sabia que no jornalismo, às vezes a gente não conta histórias, né? Às vezes o mercado leva a gente para outro lugar, mas eu gostava muito de contar histórias desde sempre”, e foi assim que aquela criança, que ouvia e inventava histórias se tornou a jornalista ética e responsável que Manu é hoje, que reconhece a importância do seu trabalho e reconhece o jornalismo como uma ferramenta de transformação social.

b. Celinna Carvalho: jornalismo também é militância

Há quem diga que o jornalismo é imparcial, mas não é o que acontece quando a jornalista Celinna Carvalho está nos bastidores. Celinna defende um jornalismo que fale sobre nós, que sejamos nós falando sobre nós mesmos e a prova disso é a sua participação no midiativismo, em que a jornalista traz uma narrativa contra-hegemônica. Celinna nasceu em

Marcelino Vieira, um interior situado no Alto Oeste Potiguar, há 400 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Criada por sua mãe e por sua avó, ela aprendeu desde cedo sobre feminismo como prática, para depois entendê-lo como conceito. Ao relatar sobre a sua infância, ela recorda que foi ensinada sobre autonomia financeira de mulheres, como sua mãe falava, “mulher tem que pagar os “modess”, uma forma de explicar que a mulher não precisa ser submissa à um homem para comprar os modess³³, que são os absorventes.

Figura 5 - Celinna Carvalho em um trabalho fotográfico.



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada (2022)

Em 1999, após sua mãe se separar, Celinna veio para Natal e está na capital potiguar e até hoje recorda da data: “Eu sou formada em história também, eu não sou boa em datas, mas essa data eu lembro: era 15 de janeiro 99 quando a gente se mudou para cá”. Antes de ingressar em jornalismo, se formou em História, se tornou professora, só que o sonho de infância de ser jornalista ainda ecoava em sua mente. “Quando eu era criança, adolescente, eu sempre via jornalistas correspondentes internacionais. Eu achava aquilo incrível, porque assim, eu gosto de viajar e eu achava legal você viajar para contar histórias, para conhecer pessoas, para conhecer lugares, isso sempre me despertou interesse”, explica.

Em 2014, Celinna começa a trabalhar com o midiativismo. A partir desse ponto, sua relação com o jornalismo e midiativismo se torna estreita e ela começa a trabalhar para o Mídia Ninja RN e em 2017 funda o Coletivo Arretadas, um coletivo de mídia independente para empoderar mulheres e que trabalha com questões de gênero dentro do jornalismo. A jornalista

³³ Modess foi a primeira linha de absorventes descartáveis a ser produzida no Brasil.

militante, ao ser questionada sobre pelo o que ela luta, responde: “Eu milito para mudar as estruturas, porque eu acredito em uma sociedade muito diferente dessa, eu acredito em uma sociedade igualitária, justa, democrática. Porque a democracia para mim não é você ir lá e votar não, democracia sem justiça não é democracia. Democracia sem igualdade não é democracia. Democracia é igualdade, é as pessoas ocuparem o seu lugar, é dignidade. É você ter casa, comida, educação, é você ter direitos respeitados, e eu luto por isso. É básico, são coisas básicas”. Atualmente, Celinna faz do midiativismo uma profissão: é assessora de imprensa de um mandato político de esquerda e realizou seu sonho de trabalhar viajando.

c. Idyane França: quando a literatura encontra uma mulher negra

Jornalismo e literatura tem tudo a ver. O jornalista na sua essência deve ser um agente social, trabalhar com pessoas e registrar através de palavras, entrevistas, fotografias, vídeos, dentre outros, como o mundo se organiza. Como as pessoas vivem. Jornalismo, assim como a literatura e a arte, produzem sentido. Então por que deveríamos separar essas grandes áreas das ciências sociais e humanas? Idyane antes de ser jornalista é artista. A arte pulsa em suas veias, é evidenciada em sua face e é afluada em sua voz, em suas palavras e eternizada em seus escritos. Como muitas mulheres negras, lamentavelmente com Idyane não foi diferente: ela precisou driblar o racismo, machismo e classicismo e se virar em múltiplas jornadas para dar conta.

Ao ser questionada sobre como foi sua trajetória dentro do ambiente acadêmico, Idyane revela: “foi a coisa mais difícil que eu pensava que eu não ia concluir nunca”, devido a sua tripla jornada como mãe, estudante e trabalhadora. Além disso, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, local onde Idyane fez o curso de jornalismo, fica localizada na Zona Sul da cidade e sua casa na Zona Norte. Então ela precisava atravessar a cidade inteira para conseguir ter acesso. Além disso, é perceptível que além do fato de já ser difícil pela questão econômica, Idyane também precisava conciliar com o trabalho e com a maternidade. A jornalista é natalense, nasceu em julho de 1989 e sempre morou em bairros periféricos de Natal, antes o Bom Pastor, na Zona Oeste e hoje no Parque das Dunas, na Zona Norte da cidade.

Figura 6 - Idyane como apresentadora do projeto “No olho da onça”.



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada (2022)

Sem dúvidas, não faltam exemplos para comprovar a luta da artista, mas, o ser mulher negra na nossa sociedade foi uma das suas maiores lutas: “primeiro, vai me chamar de preta só para depois me reconhecer como mulher. Então eu acho que a carga toda, em qualquer espaço que eu vou, seja no jornalismo, seja ele qual for, vai ser justamente esse, porque primeiro vão ver minha cor e depois vão me ver enquanto ser humano, e às vezes nem reconhecem. Então a minha maior dificuldade é essa, eu acho que é por isso que é a parte que mais me dói. Porque existe um ponto chamado sonhar. E se você corta os sonhos de pessoas é como se você estivesse cortando a vida”. Apesar das dores, Idyane continua brilhando. Continua resistindo. Continua driblando tantas barreiras sociais e raciais que foram impostas em sua vida e segue sonhando. Idyane nos ensinou sobre sonhar. Ao ouvir Idyane, entendemos sobre a famosa frase de Ferreira Gullar “a arte existe porque a vida não basta”.

d. Elizama Cardoso: para quem não acreditou, olha onde chegamos

*“Por que escrever se minha mãe não sabe ler?! Porque a leitura e a escrita são as melhores heranças”.*³⁴

A história de Elizama é parecida com a de muitos brasileiros, que cresceu em zonas periféricas e que foi criada por uma mãe solo. O Brasil é cheio de mães solo, é um país que nos apresenta diariamente que ser mulher, negra e de periferia é a união de desafios e com Elizama não foi diferente. Ela é a primeira das sete filhas da sua mãe que concluiu o ensino superior.

³⁴ Frase escrita por Elizama Cardoso, entrevistada desta pesquisa.

Quando ingressou na graduação em jornalismo, morava nos Guarapes, um dos bairros que menos é assistido pelo poder público. Localizado na Zona Oeste de Natal, capital do Rio Grande do Norte, Elizama relembra que durante o seu período de graduação, o bairro onde ela morava sofria pela ausência de políticas públicas: “um dos locais que tinha o menor IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] da cidade e aí foi a partir do jornalismo que começou a minha transformação social”.

Parecida com 11 milhões de brasileiros³⁵, a mãe de Elizama, carinhosamente chamada de “Dona Neném” também não sabe ler nem escrever, mas ela garantiu que a história não se repetisse com seus filhos, afinal, a educação era prioridade na casa de Dona Neném: filho dela precisava estar na escola. Aos oito anos, Elizama realizou um dos maiores desejos da sua mãe: ensinar ela a escrever o seu nome completo, até hoje, esse é um dos maiores orgulhos da vida da jornalista. Ao conhecer essa história, me lembrei da minha avó, que também não sabe ler nem escrever, infelizmente, não conseguiu aprender nem o seu próprio nome, a educação básica foi negada à mulheres negras e pobres neste país e essa história infelizmente se repete. Entretanto, assim como Elizama, conseguimos alcançar outros espaços que nossas mães/avós não conseguiram e sem dúvidas, estamos neles por nós e por elas.

Aos 8 anos, Elizama foi vender picolé na praia com sua irmã para conseguir colaborar no pagamento das despesas domésticas e aos 12 anos de idade começou a participar das atividades da igreja da qual frequentava e começou a desenvolver funções de comunicação, mesmo sendo uma adolescente tímida: “foi nesse mesmo período que uma uma ONG se instalou no bairro e também disponibilizou para os jovens em situação de vulnerabilidade, uma oficina de produção audiovisual e eu fui fazer e aí eu me saí bem, né? Me descobri uma comunicadora, eu só era tímida, mas eu conseguia com a minha timidez, falar e me expressar diante de uma câmera, expressar com os meus textos, fazer apresentações, cerimoniais em eventos. Por isso que a comunicação pra mim hoje é uma ferramenta essencial, não só no trabalho, mas pra vida e para aquilo que eu acredito. Eu acredito muito na transformação com trabalho junto às comunidades de base”, explica a jornalista.

Como seus primeiros trabalhos como comunicadora foram no bairro em que Elizama morava, ela começou a entender melhor sobre os espaços e pessoas ao redor. "Para poder falar do seu território, da sua realidade, você precisa olhar pra você. E a ferramenta da comunicação faz você enxergar isso, né? Você consegue com as ferramentas de comunicação fazer um

³⁵ De acordo com o IBGE, 11 milhões de brasileiros não sabem ler nem escrever. Confira em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/11/brasil-tem-11-milhoes-de-analfabetos-aponta-ibge>

diagnóstico. Você não só registra, você ouve pessoas, você dá voz a elas e é e foi isso que me fascinou na comunicação e foi isso que me fez escolher o jornalismo”. A partir daí, Elizama se encontrou na comunicação e alguns anos depois, no jornalismo.

Mesmo percebendo que o espaço do jornalismo muitas vezes não era feito para uma mulher como Elizama (mulher, negra e periférica), ela insistiu na profissão e hoje atua como chefe da redação da Intertv Cabugi, afiliada a Rede Globo. “Na época antes de escolher jornalismo, pra mim era uma profissão elitizada, eram as caras que você via na TV, as vozes que você ouvia no rádio eram muito segmentadas. Só estava no rádio que tinha popularmente a voz bonita, na TV quem era esteticamente agradável para um padrão que ninguém sabe quem estabeleceu. Era algo distante, é uma profissão distante para minha realidade. Mulher negra de periferia, né?”, a jornalista explica.

Figura 7 - Elizama Cardoso no estúdio de TV da INTERTV Cabugi, seu atual local de trabalho.



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada (2022)

Foi na conciliação de trabalho e universidade que Elizama conseguiu se graduar em jornalismo em 2007 e participar como monitora e ministrante de diversas oficinas no segmento da comunicação e jornalismo. Hoje Elizama tem mais um motivo para defender uma comunicação mais plural e mais humana: ela é mãe de uma criança que tem o brilho nos olhos, o pequeno Pedro, do qual a jornalista abriu um sorriso aberto quando foi questionada se tinha filhos. Quando questionada sobre o que é ser jornalista negra para ela, Elizama responde sem hesitar: “Pra mim é motivo de orgulho. Diante da nossa realidade de Brasil, de estado, do mundo, pra mim é orgulho. Eu quero dizer que eu sou uma jornalista, que eu sou negra, que eu me assumo como tal, que eu tenho cargo de chefia e de liderança e que eu ajudei outras pessoas e que ajudei a transformar vidas. Ser negra pra mim, ser jornalista, ser mulher negra é motivo de muito orgulho sempre”.

Elizama sem dúvidas é fonte de inspiração para outras meninas e mulheres negras e periféricas, principalmente pelo espaço que ocupa hoje em dia, que é de chefia. Elizama me inspira e inspirou as outras mulheres da equipe presente durante as gravações, finalizar essa escrita sobre a história de vida dessas mulheres é honrar a trajetória e vida delas, é honrar e legitimar as lutas cotidianas e que foram agravadas pela interseccionalidade de ser mulher, negra e periférica e resistir para conseguir ocupar espaços que falaram que não eram para gente como a gente. Nossos sonhos não estão adormecidos, ainda temos tempo. É tempo de ocupar o que também é nosso.

CAPÍTULO III - DOCUMENTÁRIO COMO PRÁTICA JORNALÍSTICA

Um documentário ou é autoral ou não é nada

João Moreira Sales

O jornalismo possui diversas linguagens (telejornalismo, fotojornalismo, jornalismo impresso, dentre outras) e uma delas é o documentário, um gênero que une o cinema e o jornalismo. “A relação entre jornalismo e documentário se dá quando a notícia ajuda no encadeamento da narrativa documental, sendo por isso utilizada com frequência nos documentários” (SOUZA, 2009). A prática jornalística intercalada com a prática documental podem ser facilmente confundidas em grandes reportagens de TV, uma vez que ambas retratam o assunto com profundidade. Entretanto, a grande diferenciação é que o documentário permite que a autoria esteja evidenciada de uma forma mais nítida.

O resultado desta pesquisa foi a produção de um documentário, intitulado “Aqui tem jornalista negra”, justamente por demonstrar a presença (ainda que pouca) e resistência de mulheres negras no jornalismo. A escolha da linguagem documental se deu por três motivos: o primeiro pela minha familiaridade com a linguagem devido às experiências profissionais anteriores. A segunda motivação pela possibilidade de divulgar esta pesquisa em outros locais, como em mostras audiovisuais, TV e na internet, dessa forma, permitindo que a história de vida dessas mulheres ultrapassem os muros acadêmicos e alcancem outros espaços, principalmente pela linguagem audiovisual e documentário ser uma linguagem mais acessível para outros públicos. Além disso, devido o documentário ser uma linguagem jornalística que rompe a ideia de que o jornalismo é imparcial, o que faz bastante sentido para esta pesquisa, que busca romper com a ideia de que o jornalismo não tem lado, tendo em vista que para discutir sobre a presença (ou ausência) de jornalistas negras na imprensa é necessário partir de uma postura social - e conseqüentemente - ser imparcial.

Ao contrário do trabalho jornalístico voltado para a produção de notícias e reportagens, o documentário necessita, além de um maior tempo de elaboração, um envolvimento exclusivo dos profissionais que trabalham em sua execução [...] Ao contrário do que ocorre com os demais gêneros jornalísticos, nos quais se busca uma suposta neutralidade e imparcialidade, no documentário, a parcialidade. O documentarista não precisa camuflar a sua própria subjetividade ao narrar um fato (MELO; GOMES; MORAIS, 2001, p. 5).

Ressaltamos também que está fadado ao erro defender a “neutralidade jornalística”, afinal, mesmo trazendo diferentes discursos, o jornalismo revela qual direcionamento e sentido está dando para aquele acontecimento, ou seja, a ideia de que o jornalismo é neutro e objetivo

é um mito. Afinal, o jornalismo não é somente o “repassador” da notícia, mas um grande produtor de sentido, que colabora para construção da realidade - e consequentemente da verdade. Além disso, no documentário é bastante demarcada a questão autoral e como resultado disso, é evidenciada a subjetividade na obra.

Se por um lado o documentarista dá voz aos seus retratados com o objetivo de levar o espectador a tirar suas próprias conclusões em relação a um tempo, por outro, esse mesmo documentarista almeja convencer o público de que a história está sendo narrada tem uma moral - à semelhança das narrativas literárias (MELO; GOMES; MORAIS, 2001, p. 07).

O autor Bill Nichols em seu livro “Introdução ao Documentário” nos ensina sobre a prática documentária e direciona para questões éticas e sociais, além de conduzir a explicação de alguns tipos de documentário. A partir da obra do autor, compreendemos que o documentário desta pesquisa é do tipo expositivo, uma vez que se trata de um documentário jornalístico, como também, pelo objetivo geral da obra que é abordar a história de vida das jornalistas e a partir de suas narrativas, demonstrar o quão desafiador é ser mulher e negra dentro da imprensa brasileira, ou seja, é um documentário que é exposta a fala de quatro personagens, mas que relatam uma realidade vivenciada pela maioria das jornalistas negras racializadas no Brasil - uma vez que unimos os relatos mais estatísticas que comprovam esses relatos. Sobre o documentário expositivo, NICHOLS (2005) afirma:

O documentário expositivo facilita a generalização e a argumentação abrangente. As imagens sustentam as afirmações básicas de um argumento geral em vez de construir uma ideia nítida das particularidades de um determinado canto do mundo (NICHOLS, 2005, p. 144)

Destacamos que além de expositivo, por se tratar de histórias de vida e de certa forma, se tratar sobre a biografia das entrevistadas, esse documentário também é bibliográfico. Com o objetivo de demonstrar um pouco da criação do documentário resultado desta pesquisa, a seguir, será possível entender os processos para a produção do documentário, em que dividimos as etapas para uma melhor compreensão de como se faz um documentário e quais foram os desdobramentos da pesquisa e os desafios de cada fase do trabalho. É importante ressaltar que esta não é a única forma de se fazer um documentário jornalístico, mas sim uma delas.

3.1 Pré-produção

O documentário e outros produtos audiovisuais são realizados através de três grandes etapas: pré-produção, produção e pós-produção. A seguir, explicaremos cada um desses processos e quais foram os maiores desafios para a construção do documentário. Nomeamos

de pré-produção as atividades que são desenvolvidas antes da gravação, ou seja, a elaboração de perguntas para as entrevistas, a escolha do local de gravação e a seleção das entrevistadas. Durante os meses de outubro e novembro de 2021, foi realizada toda a etapa de pré-produção do documentário, que iniciou com a pesquisa e contato com as futuras entrevistadas, após isso, a realização da ordem do dia e elaboração do roteiro de entrevista para o documentário. A escolha das personagens se deu a partir de indicações de outras jornalistas e pelo contato anterior de outros projetos profissionais que eu tive anteriormente. Com o intuito de contemplar a história de vida das personagens,³⁶ as perguntas foram divididas em blocos que elencaram etapas da vida da entrevistada, como infância, adolescência, vida acadêmica, profissional e até o momento, sempre dando ênfase ao recorte de gênero e raça – objetos principais desta pesquisa.

Após o contato com as jornalistas, foram agendadas as gravações e para a realização da mesma, foi contratada a empresa Bju Produções³⁷ para realizar o processo de captação de imagem e som, além da edição. Foi necessário a contratação da empresa porque o ideal é que quem vai entrevistar se preocupe apenas com essa função, então, eu estaria encarregada de produzir, dirigir e entrevistar durante as gravações. Já seriam bastantes funções para uma pessoa só, dessa forma, foi necessário contratar pelo menos mais duas pessoas, para o som e vídeo do produto. As entrevistadas pertencem a faixa etária de 29 à 39 anos, todas residem em Natal, capital do Rio Grande do Norte, duas são casadas e três têm filhos. Todas são formadas em jornalismo, apenas uma cursou o ensino superior em universidade privada, as outras se graduaram na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Todas têm mais de cinco anos de conclusão do curso e de inserção profissional. Atualmente, as mulheres entrevistadas estão inseridas na televisão, jornalismo independente, meio acadêmico e assessoria de imprensa, apenas uma ocupa o cargo de chefia.

Quadro 2 – Informações gerais sobre as entrevistadas do documentário

JORNALISTA	INFORMAÇÕES GERAIS
Celinna Carvalho	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Historiadora ➤ Fundadora do Coletivo Arretadas ➤ Jornalista responsável do Arretadas Assessora de imprensa de mandato político
Manu Freitas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Jornalista ➤ Fotógrafa

³⁶ Chamamos de personagem as entrevistadas no documentário.

³⁷ BJu Produções - Produtora de vídeo e fotos. Confira mais em: <https://www.bjuproducoes.com.br>

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mestre em Estudos da Mídia ➤ Pesquisadora de imagens, direitos humanos e cultura popular nordestina
Elizama Cardoso	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Jornalista ➤ Chefe da redação da Intertv-RN
Idyane França	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Artista e Poeta ➤ Jornalista ➤ Militante do movimento negro.

Fonte: A autora (2022)

3.2 Produção

Na etapa de produção é o momento da gravação, em que todo o planejamento anterior é colocado em prática. Antes do dia da gravação, foi repassado para o restante da equipe que estaria presente no set³⁸ e para as entrevistadas foram repassados novamente o local e horário das entrevistas. Foram duas diárias de gravação, a primeira realizada no dia 18 de dezembro de 2021, com as jornalistas Manu Freitas, Celinna Carvalho e Idyane França e a segunda e última diária aconteceu no dia 23 de dezembro de 2021 com a jornalista Elizama Cardoso, no local de trabalho da mesma. Rebeca de Souza, Juliana Almeida e Moana Raquel ficaram responsáveis pela captação de imagens e sonografia, todas pertencem à empresa BJU. Todo o deslocamento da equipe foi feito de carro, devido a quantidade de equipamentos utilizados e pela segurança da equipe e dos materiais.

Figura 8 - Registro fotográfico da entrevista com a jornalista Idyane França durante gravação para a produção do documentário.



Fonte: Rebeca de Souza (2021).

³⁸ Chamamos de “set” o local da gravação do documentário, filme ou série.

Utilizamos nas gravações duas câmeras, uma que estaria em frente a entrevistada, realizando assim a fotografia do documentário em plano médio e estático. A segunda câmera é com o plano mais aberto, uma câmera subjetiva e que captaria mais detalhes e expressões das entrevistadas, ambas câmeras utilizaram tripé para facilitar na estabilização da fotografia. Ao total, foram utilizados para captação de imagens uma câmera Nikon 5600, uma câmera Canon 6D, uma lente 50mm Nikon e outra lente 85mm Canon, de apoio para essas câmeras foram utilizados dois tripés simples. Já para a captação de áudio foram utilizados o Gravador Zoom H5 e uma Lapela Boya sem fio.

Nesta etapa do trabalho as maiores dificuldades encontradas foram relacionadas à saúde da equipe e das entrevistadas, como as gravações foram realizadas no final de 2021 e mesmo a equipe e as entrevistadas estando vacinadas contra a Covid-19, havia o receio de contaminação e transmissão da doença. Por isso, toda a equipe utilizou máscara PPF2 para proteção durante toda a gravação e ocorreu tudo bem. Além disso, a última entrevistada estava rouca no dia da gravação, o que deixou todas nós apreensivas, mas conseguimos gravar e melhorar o áudio na etapa seguinte (a pós-produção).

Durante as gravações, as jornalistas levantaram alguns pontos cruciais para a pesquisa, em que evidenciaram as dificuldades de serem mulheres negras atuando em um espaço padrão e branco que é o jornalismo. O processo de escravização e desumanização dos povos negros e seus descendentes resultou em uma sociedade racista e discriminadora que naturaliza a situação de subalternidade a que é submetida a população negra. A manutenção de opressões como machismo, racismo, sexismo está intrinsecamente relacionada ao modo como a sociedade organiza a produção de riqueza baseada na extrema exploração, em especial, de alguns grupos subalternizados por valores e concepções que extrapolam a esfera econômica.

Desta forma, é sobre as mulheres racializadas e oriundas de periferias, meios rurais e comunidades tradicionais que se concentram e interseccionam diversas opressões e estigmas. Neste contexto, as condições de trabalho da maioria das mulheres negras são precárias, com baixos salários e em situação de subalternidade resultando, também em dificuldades para que as mulheres negras ocupem espaços de poder, ou setores melhor situados nas hierarquias profissionais, entre outros fatores porque elas não se encaixam à um padrão de “beleza” e “boa aparência” estabelecido pela supremacia branca que vê corpos negros de forma subalterna, ou seja, enxergam corpos negros de forma violenta e agressiva.

Por não se encaixarem em um padrão branco e na “boa aparência” exigida para o acesso a empregos que lidam com o público e para ascenderem aos melhores cargos em empresas, mulheres negras são muitas vezes vistas como aptas para exercer apenas funções de servidão

- remetendo ao processo de escravização - e isso permite reforçar o imaginário social que reserva as funções subalternas e de serviço para serem ocupadas por pessoas negras.

Eu acho que a maioria das mulheres pretas, né? A gente nunca acha que é o nosso lugar. E aí uma pessoa, uma menina preta de periferia, escrevendo, lançando um livro ou fazendo coisas do tipo assim. Para a gente, nunca foi esse espaço, sabe? Então assim, eu me sabotei muitas vezes. Por realmente não acreditar que era meu lugar, então hoje eu tenho essa nova perspectiva. E quando eu vejo pessoas, meninas também, que já me vê também como inspiração, como referência, eu vejo o quanto é importante a gente ter um trabalho que é como o seu neste momento (...) apesar que a nossa maior referência de fato é Glória Maria. A gente já olha só. Lembro dela porque era isso que apresentava pra gente, né? Hoje em dia tem mais Maju também está mais em evidência. Porque as pessoas precisam acreditar que esse lugar é nosso (IDYANE, informação verbal)³⁹.

Elizama Cardoso, outra jornalista negra entrevistada, também considerava o jornalismo um espaço de difícil acolhimento. “Na época antes de escolher jornalismo, para mim era uma profissão elitizada, eram as caras que via na TV, (...) quem era esteticamente agradável para um padrão que ninguém sabe quem estabeleceu. Era algo distante, era uma profissão distante para minha realidade. Mulher negra de periferia, né?”, ressalta a entrevistada.

As marcas deixadas pelo racismo estrutural resulta em tentativas de auto proteção que impedem que as mulheres negras invistam em grandes desafios, Celinna conta que em diversos momentos teve medo, “sempre tive muito medo de ser rejeitada, de ser preterida, acho que ao longo da vida isso vai acontecendo tanto que você cria bloqueios”. Ela relata que diziam, quando era estudante, que ela era legal na tv, vários professores previam que ela ia “dar muito show na tv”, porque Celinna já tinha desenvoltura, mas “eu sempre tive medo de ir, eu não sei porque, não aconteceu nada que dissesse “não vá, não vá”, mas eu sempre tive esse bloqueio. Talvez seja isso, você não vê tantas pessoas assim como você lá, então você se sente bloqueada e tem medo de ser rejeitada”. Para Idyane, a sociedade vai “olhar primeiro como preta, né?”

(...) Primeiro, vai me chamar de preta, só para depois me reconhecer como mulher. Então eu acho que a carga toda, em qualquer espaço que eu vou, seja no jornalismo, seja ele qual for, vai ser justamente essa, porque primeiro vão ver minha cor e depois vão me ver enquanto ser humano, e às vezes nem reconhecem. Então a minha maior dificuldade é essa, eu acho que é por isso que é a parte que mais me dói. Porque existe um ponto chamado sonhar. E se você corta os sonhos de pessoas é como se você estivesse cortando a vida (IDYANE, informação verbal)⁴⁰.

A entrada na universidade, um sonho para todas, também foi desafiadora e as jornalistas contam experiências de exclusão e racismo estrutural manifestos, segundo Celinna, nossa entrevistada, na “ausência. É uma ausência. Não é à toa que na universidade, na UFRN, tem

³⁹ IDYANE. Entrevista II. 18 de Dez. Entrevistadora: Allyne Camylla Paz de Souza. Natal, 2021.

⁴⁰ IDYANE. Entrevista II. 18 de Dez. Entrevistadora: Allyne Camylla Paz de Souza. Natal, 2021.

poucas mulheres negras como professoras. Então a gente tem que mudar, né?” Desta forma, mesmo ocupando espaços de poder - como numa universidade - pessoas negras não estão isentas de sofrerem racismo, mesmo que ele seja visto como “sutil” por muitos. Manu, uma das jornalistas entrevistadas, relata como no meio acadêmico ainda se reproduz a cultura racista que atribui às mulheres negras papéis subalternos nas ações cotidianas.

Mas numa turma onde existiam seis, digamos, orientandas em que duas eram negras, essas duas orientandas eram as que lavavam a louça. Então, isso pra mim diz muita coisa [...] Existia uma orientanda que era mais velha [...] que sempre participava desses cafés, mas que nunca lavou uma xícara. E ela era extremamente branca, de cabelo liso. Então pode parecer que visualmente assim, não "não tem nada a ver", mas no fundo a gente tem um um racismo aí, estrutural, né? Que coloca essas meninas, essas duas meninas, por exemplo, nessa posição, né? De servidão mesmo, acho que não seria essa a palavra, mas nesse sentido de por serem mulheres negras, estarem prontas a servir outras pessoas, né? (MANU FREITAS, informação verbal)⁴¹

Mas, sobre a universidade também relatam experiências de descobertas e resistências que fortaleceram suas identidades de mulheres negras apontando para a importância da pluralidade daquele espaço, Manu conta que quando entrou na universidade tinha cabelo alisado. “E a universidade mudou internamente essa questão da aceitação, né?”. O racismo atrelado ao machismo foram barreiras que elas precisaram driblar para conseguir acessar espaços de poder como a universidade e o jornalismo, além disso, existe um padrão estabelecido na imprensa e ele não é um padrão ao qual as entrevistadas pertenciam.

Nós não temos esse espaço ainda, é um espaço que ainda é negado às mulheres pretas. Nós não conseguimos ocupar como os demais, até porque tem um padrão, né? O padrão é branco, o padrão da imprensa, do jornalismo é branco ainda. É branco, é loiro, é magro, é alto, é uma modelo que está ali apresentando um telejornal, a real é bem essa assim. E a mulher negra foge muito desse padrão, então ela ainda não é aceita. É óbvio que a gente já mudou muito, a gente está lutando todos os dias para mudar isso (CELINNA, informação verbal)⁴².

É perceptível que mulheres negras possuem dificuldades reais de acessar espaços como o jornalismo e que a ausência dessas profissionais racializadas é justificada principalmente pelo racismo estrutural - e estruturante - da nossa sociedade, como também, devido à fatores que promovem o privilégio de homens brancos - que é histórico na sociedade brasileira. A pesquisadora e ativista Sueli Carneiro contribuiu para esse debate quando enfatizou a exclusão de grupos subalternos nesses espaços:

Nesse sentido, o racismo também superlativa os gêneros por meios de privilégio que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A

⁴¹ MANU FREITAS. Entrevista I. 18 de Dez. Entrevistadora: Allyne Camylla Paz de Souza. Natal, 2021

⁴² CELINA. Entrevista III. 18 de Dez. Entrevistadora: Allyne Camylla Paz de Souza. Natal, 2021.

recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da “loirização”, na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade (CARNEIRO, 2003, p. 119).

As entrevistadas mencionaram que antes de escolherem o jornalismo como profissão, elas perceberam a ausência de representatividade, pela realidade de não verem, com frequência, pessoas negras naqueles espaços e as pessoas que existiam eram minoria e em geral não possuíam características negróides.⁴³

Por mais que coloque uma mulher preta, ela vai ter que ter os traços mais finos, não é? Mesmo que tenha uma pele mais retinta, mas tem um traço mais fino. Quanto mais próximo da descendência africana, mais cortada ela será, mais desumanizada vai ser. Porque a mulher preta, se ela for muito retinta, só serve para os serviços domésticos, para limpar e se você for clareando, você só serve para cama. (IDYANE, informação verbal)⁴⁴

Entre as jornalistas entrevistadas, uma declarou ser oriundas da periferia de Natal e relatou, de uma forma muito explícita, a dificuldade de vir desses territórios de exclusão. Essa jornalista, apesar de hoje estar em um cargo de chefia em um dos veículos mais importantes do estado, sentiu muita dificuldade em entender que o campo do jornalismo também poderia pertencer a ela, principalmente por ser uma profissão majoritariamente exercida por pessoas brancas e elitizadas.

Na época, antes de escolher jornalismo, para mim era uma profissão elitizada, eram as caras que você via na TV, as vozes que você ouvia no rádio eram muito segmentadas. Só estava no rádio quem tinha popularmente a voz bonita, na TV quem era esteticamente agradável para um padrão que ninguém sabe quem estabeleceu. Era algo distante, é uma profissão distante pra minha realidade (ELIZAMA, informação verbal)⁴⁵.

Assim, é possível notar que as jornalistas negras ultrapassaram barreiras estruturais como o racismo e o machismo e alcançaram espaços importantes na sociedade, que é o jornalismo. É notável também que mesmo em locais de privilégio como a academia ainda é possível detectar a presença do racismo, como também, que os marcadores sociais influenciam diretamente na profissão das jornalistas. Outro ponto importante para destacar é que as mulheres negras reconhecem uma melhoria nos quesitos racial e gênero dentro do jornalismo, entretanto, ainda há muito para ser conquistado.

⁴³ Características negróides são traços visíveis de negritude, como o tom de pele mais retinto, nariz alargado, cabelos crespos, lábios grossos, dentre outros.

⁴⁴ IDYANE. Entrevista II. 18 de Dez. Entrevistadora: Allyne Camylla Paz de Souza. Natal, 2021.

⁴⁵ ELIZAMA. Entrevista IV. 23 de Dez. Entrevistadora: Allyne Camylla Paz de Souza. Natal, 2021.

Esta etapa é muito importante e decisiva para a pesquisa, afinal, como o objetivo é entrevistar essas jornalistas negras e a partir das entrevistas, fazer um documentário, é necessário tempo e amadurecimento do que foi dito por cada uma das entrevistadas. Analisando essa etapa meses depois, percebemos que as gravações deveriam ter sido uma por dia, principalmente porque as entrevistadas deixaram evidentes diversas situações particulares e a entrevista poderia ser maior, justamente para deixar com nitidez cada fase da vida dessas mulheres. O documentário não foi prejudicado por isso, mas poderia ter ficado melhor se fosse feito com mais calma para ouvir e entrevistar cada jornalista, afinal, a reportagem precisa de tempo e como Eliane Brum ressaltou sobre um texto escrito por ela⁴⁶, acreditamos que esse documentário também nasceu de cesária, quando estava programado para nascer de parto normal, entretanto, ainda assim é um filho bonito.

3.3 Pós-produção

A pós-produção é a etapa dos acontecimentos após a gravação, em que é revisto todo o material coletado durante as gravações e se inicia a edição do documentário. Para iniciar a edição foi realizada a transcrição das gravações, além de servir para legendar o trabalho, também utilizamos para elaboração de artigos científicos. Para transcrever, utilizamos para a primeira gravação o software Voice Meeter, entretanto, o tempo e trabalho foi maior do que o esperado, entendemos que essa etapa de transcrição requer uma maior atenção e dedicação de tempo, mas o software não compreendia corretamente a fala das entrevistadas e fazia uma transcrição imprecisa. Após as dificuldades, foi realizada a troca de software e as entrevistas das outras profissionais foram transcritas pelo aplicativo Transkriptor, que era mais preciso que

⁴⁶ Trecho do livro “O olho da rua”, escrito por Eliane Brum, em que ela após a reportagem, tece comentários sobre o seu texto: “Toda reportagem tem seu tempo, a hora de acontecer. Às vezes, não dá jeito. Se um avião cai, a gente faz o que o prazo permite, e a revista desembarca na banca com a melhor reportagem possível sobre o assunto da semana. Mas numa reportagem sobre parteiras é preciso respeitar o tempo do parto. É a realidade que impõe o andamento da reportagem – e não o contrário. E compreender o momento, esperar o tempo, é também a diferença entre ser bom repórter ou não. Minha reportagem por cesariana, ainda assim, é um filho bonito. Porque minha pressa de obstetra com agenda lotada foi parcialmente compensada pelo respeito à linguagem das parteiras. O que as pessoas falam, como dizem o que têm a dizer, que palavras escolhem, que entonação dão ao que falam e em que momentos se calam revelam tanto ou mais delas quanto o conteúdo do que dizem. Escutar de verdade é mais do que ouvir. Escutar abarca a apreensão do ritmo, do tom, da espessura das palavras – e do silêncio. Escutar é também não interromper as pessoas quando elas não falam na velocidade que a gente gostaria ou com a clareza que a gente desejaria e, principalmente, quando elas não dizem o que a gente pensava que diriam. Escutar é não induzir as pessoas a dizer o que gostaríamos que dissessem. A reportagem sempre fica melhor quando somos surpreendidos, quando ouvimos algo que não planejavamos. Escutar é esperar o tempo que cada um tem de falar – e de silenciar. Como repórter – e como gente –, eu sempre achei que mais importante do que saber perguntar é saber escutar a resposta.”

o anterior e facilita a transcrição e correção das entrevistas. A finalização das correções das transcrições foi finalizada no dia 10 de maio de 2022.

O processo de edição se deu em duas etapas, a primeira em decupagem do material e seleção do que seria adicionado no produto e em seguida, cortes e finalização. O documentário foi editado no programa Adobe Premiere e o áudio ajustado no Adobe Audition, um software de edição de áudio. O documentário possui como trilha sonora músicas feitas por artistas negros do Rio Grande do Norte, justamente para enfatizar a questão racial e de classe no estado, além disso, pela identificação das letras com a narrativa das entrevistadas. A música que inicia e finaliza o documentário é “Calos” da banda SouRebel, a escolha foi feita devido a letra da canção, da qual enfatiza sobre questões sociais:

Dizem que a cicatriz ficou, na história de um povo que sempre lutou, por uma igualdade jamais alcançada e a realidade é uma guerra diária. O que vemos são os guetos e as favelas, e o nosso povo afogado na miséria. Aguardando do estado a solução, esperança de um sonho que não passa de ilusão [...] Os calos secam, mas cicatrizarão [...] você verá o nosso grito na televisão! (SOUREBEL, 2018).

Na montagem do documentário, foram inseridas imagens concedidas pelas entrevistadas, referentes à arquivos de suas trajetórias acadêmicas e profissionais, que serviram como imagens de apoio. No total, o documentário possui cerca de 30 minutos, divididos entre as quatro entrevistas, em que inicia com trechos delas relatando sobre memórias de como é ser jornalista negra, após isso, o relato das jornalistas falando sobre suas vidas e por fim, um depoimento de como elas esperam de como será o jornalismo com uma maior participação de mulheres negras e o que a profissão significa para elas.

Figura 9 - Print de trecho do documentário.



Fonte: Documentário “Aqui tem jornalista negra” (2022).

Essa etapa da produção do documentário é fundamental para elencar a autoria do produto, uma vez que é neste momento que selecionamos quais momentos dos depoimentos irão aparecer para o público, além disso, o uso de imagens de apoio e a seleção da trilha sonora possibilita interpretações e mensagens nas entrelinhas do documentário, ou seja, a pós-produção possibilita a participação efetiva de quem pensou nele, uma vez que é neste momento que podemos definir a narrativa do documentário. Essa etapa aconteceu entre agosto a outubro de 2022, e passou por duas grandes edições: a primeira antes da qualificação de mestrado, em que foi construída a narrativa do documentário e a segunda edição após a qualificação, já com as alterações sugeridas pela banca de qualificação e da orientadora e co-orientadora desta pesquisa. Ao final, é perceptível um documentário de curta duração, de aproximadamente 30 minutos, em que traz uma parte da história de vida das entrevistadas contada por elas mesmas, determinando assim, a autonomia e descolonização da fala dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*As rosas da resistência nascem no asfalto.
A gente recebe rosas,
mas vamos estar com o punho cerrado
falando de nossa existência contra
os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.*

Marielle Franco

Há quatro anos pesquiso sobre mulheres negras. Durante a graduação em jornalismo, pesquisei sobre como era ser mulher negra em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Aprendi sobre o conceito de raça, feminismo negro e interseccionalidade e resolvi continuar trabalhando com esses conceitos, só que direcionado ao jornalismo. Afinal, onde estavam as mulheres negras neste espaço de poder? Pesquisar sobre gênero, raça e classe não é um exercício fácil no Brasil. Somos o resultado de uma história triste e precisamos falar sobre essas feridas que - ainda - sangram. Fomos um país colonizado, saqueado e nossos povos originários fomos mortos e escravizados. Definitivamente essa não é uma história bonita para se contar, mas é necessário.

É necessário porque ser jovem e negro no Brasil é um risco de vida. Porque mulheres negras são esquecidas e negligenciadas pelo poder público e pela sociedade, porque a periferia continua sofrendo e têm pessoas passando fome. Não podemos naturalizar a barbárie e esse trabalho serve para questionar sobre isso. É normal nós, mulheres negras, ainda sermos minorias em espaços de poder como no jornalismo? Mais difícil do que falar sobre essas questões, é conviver diariamente com tantas opressões que atravessam um corpo negro periférico. Compreendo que esse trabalho não vai melhorar o atual cenário que temos no que diz respeito à presença de jornalistas negras, mas acredito que ela servirá para acrescentar informações e evidências à debates sobre a nossa participação em espaços de poder.

Através desta pesquisa, é possível evidenciar alguns pontos, dentre eles que o jornalismo infelizmente ainda é um local com o padrão branco. Apesar de mulheres estarem ocupando esses espaços, atualmente mulheres e homens negros ainda são minoria. Outra evidência é que políticas públicas e ações afirmativas possibilitam a inserção de pessoas negras e periféricas dentro das universidades, o que futuramente irá colaborar para o aumento de negros dentro do jornalismo. Entretanto, também é necessário elencar que o racismo institucional e estrutural são barreiras para essas pessoas, uma vez que mesmo que elas

alcancem a universidade e sejam capacitadas, ainda correm o risco de não conseguir uma vaga de emprego meramente devido ao racismo estrutural e institucional.

Além disso, é necessário destacar que essa pesquisa sofreu algumas limitações no meio do caminho, a primeira é que o documentário - fruto desta pesquisa - foi totalmente autoral, sem financiamento de terceiros e isso pode ter prejudicado a qualidade profissional do produto. Entretanto, ele cumpre o objetivo de abordar uma prática de quebra de paradigmas, uma vez que ele colabora na construção de novos imaginários sociais no que diz respeito a presença de pessoas negras em espaços de poder como no jornalismo. Outra limitação evidenciada e como dita anteriormente no capítulo sobre a construção do documentário, foi que foram apenas duas diárias de gravações e analisando posteriormente, é possível perceber que o ideal seria uma gravação por dia, ou seja, esse produto deveria ter quatro diárias, para conseguir entrevistar e absorver bem a história de vida de cada uma das entrevistadas.

Apesar das limitações apresentadas acima, a pesquisa conseguiu ser elaborada e concluída e o documentário comprova que através dos relatos das entrevistadas desta pesquisa, é perceptível que mulheres negras enfrentam diariamente questões ligadas diretamente com o racismo e machismo na sociedade, além disso, é notável como essas questões ainda não são uma prioridade para a mídia hegemônica - uma vez que mesmo com o debate sobre questões de gênero e raça, a presença de pessoas negras ainda é baixa. Por isso, este trabalho cumpre o objetivo de alertar sobre o que nos ensinou a escritora Chimamanda Adichie em seu discurso:⁴⁷ "A consequência de uma história única é essa: ela rouba das pessoas a sua dignidade", e nosso objetivo era resgatar através da história de vida dessas mulheres a possibilidade de falarem sobre elas mesmas. Ressalto que por essa pesquisa ser realizada por um mestrado profissional, foi possível uma aproximação do universo acadêmico ao mercado de trabalho, uma vez que eu sou jornalista negra e noto essas questões cotidianamente, além disso, por trabalhar diretamente sobre a vida e exercício da profissão dessas quatro entrevistadas.

Por fim, mesmo evidenciando as barreiras e dificuldades sofridas pelas entrevistadas devido a opressões estruturais como raça, classe e gênero, ressaltamos que a história de cada uma delas é de resistência e histórica, como Angela Davis nos apresenta "quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela". Portanto, ainda que não sejamos maioria, seguimos em um processo de inserção nestes espaços, fruto de pressão social e resistência e seguiremos sem deixar nenhuma mulher negra para trás, afinal, seguimos na luta cotidiana praticando a ideia de igualdade, equidade e justiça.

⁴⁷Confira o discurso completo em: <https://youtu.be/EC-bh1YARsc>

REFERÊNCIAS

- ALINE Midlej e Heraldo Pereira formam primeira dupla negra do JN. **METRÓPOLES**, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/televisao/aline-midlej-e-heraldo-pereira-formam-primeira-dupla-negra-do-jn>. Acesso em: 17 set. 2022.
- A EMERGÊNCIA da imprensa negra. **Observatório da imprensa**, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/sem-categoria/a-emergencia-da-imprensa-negra/>. Acesso em: 17 set. 2022.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019. p. 27.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais. p. 42.
- ANDRADE, I. R. de; NUNES, M. V. Mídia Ninja e a comunicação contra-hegemônica. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 182-198, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v24i2p182-198. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/174818>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- ANDRADE, L. **Gloriosa Glória, a primeira jornalista • Primeiros Negros**. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/gloria-maria/>. Acesso em: 17 set. 2022.
- ARAÚJO, V. T. de. O papel da imprensa negra brasileira. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 212-228, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/157190>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 28 out. 2022.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BECKER, Beatriz. **Televisão e telejornalismo: transições**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016
- BENETTI, Marcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **InTexto**, Porto Alegre, n. 14, p. 68–79, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4251>. Acesso em: 31 out. 2022.
- BENETTI, Marcia; JACKS, Nilda Aparecida . O discurso jornalístico. *In: X Compós - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Brasília, 2001. **Anais do X Encontro Anual da Compós**, 2001. v. 1. p. 280-290.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Org.). Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro, 2003. Takano Editora. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 24 jul. 2022.

COLLINS, P. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 06-17, jan-jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>. Acesso em: 31 out. 2022.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

GLÓRIA Maria. Memória Globo, 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/gloria-maria/noticia/gloria-maria.ghtml>. Acesso em: 17 set. 2022.

GOMES, A. **Record News promove bancada com duas jornalistas negras em principal telejornal**. Disponível em: <https://negre.com.br/record-news-promove-bancada-com-duas-jornalistas-negras-em-principal-telejornal/>. Acesso em: 17 set. 2022.

GOMES, K. **Globonews escala só jornalistas negros em programa após críticas por representatividade**. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/06/globonews-escala-so-jornalistas-negros-em-programa-apos-criticas-por-representatividade/>. Acesso em: 17 set. 2022.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**. 2007. 208f. (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3546/1/arquivo4773_1.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

GOTLIB, J. Glória Maria foi primeira no Brasil a usar lei contra racismo. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/09/4878732-gloria-maria-foi-primeira-no-brasil-a-usar-lei-contra-racismo.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.

HERALDO Pereira, o no 1 do Jornal Nacional. Primeiros negros [201-]. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/heraldo-pereira-o-no-1-do-jornal-nacional/>. Acesso em: 17 set. 2022.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 38-39.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**. 2015, n. 16, pp. 193-210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Acesso em: 28 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cor ou raça**. IBGE Educa, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 28 out. 2022.

LIMA, E. P. Histórias de vida em jornalismo literário avançado. **Comunicarte**, Campinas, n. 25, 2002. p. 93-107.

LORDE, A. **Age, race, class and sex: women redefining difference**. Copeland Colloquium, Amerst College. Reproduzido em: Sister Outsider Crossing Press, California, 1984.

MAJU Coutinho é a primeira mulher negra a ocupar a bancada do Jornal Nacional. **Vogue Globo**, 2019. Disponível em: <https://vogue.globo.com/moda/noticia/2019/02/maju-coutinho-e-primeira-mulher-negra-ocupar-bancada-do-jornal-nacional.ghtml>. Acesso em: 17 set. 2022.

MARTINEZ, Mônica. **Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2008.

MELLO, Jaciara. **Telejornalismo no Brasil**. BOCC, Universidade da Beira Interior, Portugal, p. 1-11, 2009.

MELO, C. T. V. de; GOMES, I. M.; MORAIS, W. O Documentário Jornalístico, Gênero Essencialmente Autoral. **INTERCOM**, Campo Grande, n. 24, set. 2001.

MULHERES negras recebem em média 42% a menos do que mulheres brancas. **Notícia Preta**, [S. l.], p. 1-1, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/mulheres-negras-mulheres-brancas/>. Acesso em: 3 nov. 2022.

NASCIMENTO, B. **Nossa democracia racial**. São Paulo: Revista IstoÉ, 1977, p. 48- 49.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus Editora, 2008.

NOGUEIRA, M. L. **Mobilidade psicossocial: a história de Nil na cidade vivida**. Tese (Mestrado em Psicologia) – FAFICH, Belo Horizonte, 2004.

OLIVEIRA, Cláudio. Número de pessoas autodeclaradas pretas cresce 231% no RN. **Tribuna do Norte**, Rio Grande do Norte, p. 1-1, 4 ago. 2022. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/naomero-de-pessoas-autodeclaradas-pretas-cresce-231-no-rn/544386>. Acesso em: 28 out. 2022.

PAPP, Anna Carolina; LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme. Na mesma profissão, homem branco chega a ganhar mais que o dobro que mulher negra, diz estudo. **G1**, [S. l.], p. 1-1, 15 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/15/na-mesma-profissao-homem-branco-chega-a-ganhar-mais-que-o-dobro-da-mulher-negra-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 3 nov. 2022.

PENA, F. **Os jornalistas e as reconstruções de vida**. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.felipepena.com/site/artigos/jornalistas%20e%20reconstruções%20de%20vidas.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. **X ALACIP**, Brasil, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

PERFIL do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho / Samuel Pantoja Lima (Coord. Geral) ; Jacques Mick ... [et al.]. 1. ed. Florianópolis: **Quorum Comunicações**, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/08/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

PERFIL racial da imprensa brasileira. **Jornalistas&Cia**, nov. 2021. Disponível em: <http://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PINHEIRO, J. **Alma preta e afirmativa**: experiências contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo. Tese (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira. Cachoeira, p. 177. 2019.

PINTO, A. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra no Século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília. Brasília, p. 197, 2006.

PINTO, Giselle. Situação das Mulheres Negras no Mercado de Trabalho: uma análise dos indicadores sociais. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais: desafios e oportunidades do crescimento zero, 2006, Caxambu. **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**: desafios e oportunidades do crescimento zero. Campinas - SP: Abep, 2006. v. 1.

PINTO, T. R. **Maju Coutinho**: inovação, referência, no tempo e na vida. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/maju-coutinho/>. Acesso em: 17 set. 2022.

PINTO, T. R. **Luciana Camargo e Rodrigo Cabral, primeiro casal de apresentadores negros em telejornal no Brasil**. [S.l.: s.n., 202-]. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/luciana-camargo-e-rodrigo-cabral-primeiro-casal-de-apresentadores-negros-em-telejornal-no-brasil/>. Acesso em: 17 set. 2022.

SACKS, O. **O homem que confundiu sua mulher com um chapéu**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SAIBA tudo sobre Maju Coutinho: últimas notícias, biografia, polêmicas e mais. **UOL**, [202-?]. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/famosos/tudo-sobre/maju-coutinho>. Acesso em: 17 set. 2022.

SANCHOTENE, C. R. S. ; ZUCOLO, R. ; PEDROZO, Mariana. A mulher negra na TV e no telejornalismo gaúcho: percepções sobre gênero, raça e profissão. **Emancipação (Online)**, Ponta Grossa, v. 18, p. 422-436, 2018.

SALES, S. C.; NUNES, P. S. Mídia feminista negra: uma análise das narrativas interseccionais produzidas no Kilombas Podcast. **Temática**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 64-80, mar. 2018.

SANTOS, E. F.; Diogo, M. F. ; SCHUCMAN, L. V. . Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, p. 17-32, 2014.

SANTOS, Isabela. Porque há tão poucos jornalistas negros trabalhando na imprensa potiguar. **Saiba Mais**, Rio Grande do Norte, 2 dez. 2018. Cidadania, p. 1. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2018/12/por-que-ha- tao-poucos-jornalistas-negros-trabalhando-na-imprensa-potiguar/>. Acesso em: 28 out. 2022.

SANTOS, Jadeanny Arruda Silva dos. **Narrativas da (re)existência**: um estudo sobre a violência de gênero contra jornalistas nas redações de Natal (RN). 113 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Universidade Federal da Paraíba, Natal-RN, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48421>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SIMON, J. **Em 48 anos, Maju Coutinho é a segunda mulher negra a comandar a apresentação do Fantástico**. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/em-48-anos-maju-coutinho-e-a-segunda-mulher-negra-a-comandar-apresentacao-do-fantastico/>. Acesso em: 17 set. 2022.

SOUREBEL. **Calos**. Natal: Dosol, 2018. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/0CRBc6hF456lOCohviGLEs?si=e383736a45484bb6>. Acesso em: 31 out. 2022

SOUZA, G. Fronteiras (in)definidas: aproximações e divergências entre documentário e jornalismo. **Caligrama** (São Paulo. Online), [S. l.], v. 3, n. 1, 2007. DOI: 10.11606/issn.1808-0820.cali.2007.64872. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/caligrama/article/view/64872>. Acesso em: 31 out. 2022.

TRUTH, S. **Ain't I a woman?**. 1851. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 24 jul. 2022

VILAS BÔAS, V. M. Mulher, Negra e Repórter: atravessamentos entre gênero, raça, subjetividade e telejornalismo na trajetória de Glória Maria. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 165–184, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27620. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27620. Acesso em: 24 jul. 2022.

APÊNDICE I - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DA ENTREVISTA

BLOCO 1 - VIDA FAMILIAR

1. Onde e que ano você nasceu e quais as primeiras lembranças da sua infância?
2. Você morava com quem quando era criança? Teve irmãos?
3. Tem algum fato na sua infância ou na sua formação escolar que despertou você para a escrita e futuramente ao jornalismo?
4. Qual foi a mulher neste período que mais te influenciou no teu caminho e por que?
5. Você atualmente tem algum relacionamento? Filhos? Se sim, quantos?

BLOCO 2 - FORMAÇÃO ACADÊMICA

1. Como surgiu o interesse em fazer jornalismo?
2. O que pensava que era ser jornalista? Quais eram seus sonhos?
3. Quando você decidiu que iria fazer jornalismo, teve alguma jornalista que te inspirou?
4. Como foi a sua trajetória dentro da universidade?
5. Você percebeu que no curso de jornalismo existia diferenciação por você ser uma mulher negra?
7. Já sofreu algum tipo de assédio na universidade por ser mulher? Ou acompanhou algum caso de colegas?
8. E por ser negra?

BLOCO 3 - VIDA PROFISSIONAL

1. Você está trabalhando atualmente como jornalista? Onde?
2. Em que cantos você trabalhou?
3. Você sentiu diferença de tratamento e oportunidades de trabalho (seja por tipos de pautas, chefias) por ser mulher negra?
4. Já presenciou ou sofreu machismo, racismo, assédio ou violências morais, entre outras no trabalho?
5. Já foi chefiada por mulheres? Que diferenças ou não você via neste tratamento para com outras mulheres jornalistas?

BLOCO 4 - QUESTÃO RACIAL

1. Para você, como é ser uma jornalista negra?
2. Você acha que foi tratada diferente dentro do jornalismo por ser uma mulher negra?

3. Dentro do seu trabalho você consegue expor sua opinião sobre a questão racial?
4. Como você enxerga a participação de mulheres negras dentro do jornalismo?
5. Você sente a ausência de outras mulheres negras dentro do jornalismo aqui no Rio Grande do Norte?
6. Quais são os maiores desafios de ser negra e mulher dentro do jornalismo?

BLOCO 5 - OBSERVAÇÕES

1. Qual a sua melhor e pior lembrança sendo jornalista?
2. Como você vê o jornalismo no presente e futuro para as mulheres negras?
3. Faria jornalismo de novo?
4. Gostaria de ressaltar algo que ainda não foi perguntado?

APÊNDICE II - FICHA TÉCNICA DO DOCUMENTÁRIO

Direção: Allyne Paz

Roteiro: Allyne Paz

Produção: Allyne Paz

Captação de Imagens: Rebeca de Souza, Juliana Almeida, Moana Raquel.

Captação de Áudio: Juliana Almeida.

Edição e montagem: Juliana Almeida e Allyne Paz.

Entrevistadas: Celinna Carvalho, Elizama Cardoso, Idyane França e Manu Freitas.

Imagens de apoio: Arquivo das entrevistadas, TVU/RN.

Trilha Sonora: Tudo que nos cerca - SouRebel, Calos - SouRebel, Poder preto - Pretta Soul

**APÊNDICE III - ORDEM DO DIA - 1ª DIÁRIA DA GRAVAÇÃO DO
DOCUMENTÁRIO**

GRAVAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO - 18 DE DEZEMBRO DE 2021

DIREÇÃO E PRODUÇÃO: ALLYNE PAZ

CAPTAÇÃO E EDIÇÃO: BJU PRODUÇÕES

7h30	Chegada na casa de Manu Freitas
7h40	Iniciar gravações
8h50	Fim das gravações
9h	Des-produção e saída para casa de Celinna
9h30	Chegada em Celinna
9h40	Iniciar gravações
10h50	Fim das gravações
11h	Des-produção e ida para o Parque das Dunas (Gravação com Idyane)
11h30	Chegada no Parque das Dunas (Gravação com Idyane)
11h40	Início das gravações
13h	Término das gravações
13h15	Encerramento da diária

**APÊNDICE IV - ORDEM DO DIA - 2ª DIÁRIA DA GRAVAÇÃO DO
DOCUMENTÁRIO**

GRAVAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO - 23 DE DEZEMBRO DE 2021

DIREÇÃO E PRODUÇÃO: ALLYNE PAZ

CAPTAÇÃO E EDIÇÃO: BJU PRODUÇÕES

13h50	Chegada na Intertv Cabugi (Gravação com Elizama)
14h	Iniciar gravações
15h30	Fim das gravações

APÊNDICE V - LEGENDAS DO DOCUMENTÁRIO

MANU:

Quando a gente é criança, a gente acaba consumindo muito a mídia tradicional, a mídia convencional. Então eu via muito aquelas mulheres falando, fazendo reportagem, mas não me identificava com nenhuma.

CELINA:

Sempre me disseram: “você é legal na tv”... Vários professores: “menina, você dá muito show na tv, você tem desenvoltura, vamos, massa!”. Só eu sempre tive medo de ir, sempre tive medo de ir. Eu não sei porque, não aconteceu nada que dissesse “não vá, não vá”, mas eu sempre tive esse bloqueio. Talvez seja isso, você não vê tantas pessoas assim como você lá, então você se sente bloqueada e tem medo de ser rejeitada.

ELIZAMA:

Só estava no rádio que tinha popularmente a voz bonita, na TV quem era esteticamente agradável para um padrão que ninguém sabe quem estabeleceu. Era algo distante, é uma profissão distante para a minha realidade: mulher negra de periferia.

IDYANE:

Enquanto mulher preta, qualquer espaço que a gente ocupar é um espaço de resistência. Nosso corpo é um ato político. Nós estarmos vivas é um ato político.

[música] *os calos secam, mas se cicatrizarão...*

[música] *você verá o nosso grito na televisão!*

CELINA:

Eu sou uma mulher negra de 30 anos, que foi criada só pela mãe pela avó. Eu nasci em Marcelino Vieira, que é aqui no Alto Oeste do Rio Grande do Norte, uma cidade pequena, eu acho que deve ter uns 8 mil habitantes.

A primeira lição de feminismo que eu tive na minha vida, foi da minha vó e ela não sabia nem o que era isso. Se ela fosse viva, ia dizer pra gente, é o quê? “essas menina ‘veia’ fica no meio da rua fazendo barulho, tenham respeito!”. Ela não sabia nem o que era feminismo, mas ela quem me deu a minha primeira lição de feminismo.

Eu lembro disso eu fico: caral*o, isso foi minha avó dizendo “tenha autonomia financeira, vá atrás do que você quer, busque seus sonhos, não trave!”.

Não que limpar uma casa vai me diminuir, de forma nenhuma. Mas ela me criou para o mundo e não para o ambiente doméstico. Tipo, isso me orgulha muito e eu acho que Celina é a mulher que ela é, a mulher que se esforça, que tenta conseguir alguma coisa, que fica triste, que chora,

que a acha que não é porr* nenhuma... é essa pessoa graças a minha mãe e a minha avó que formaram, que me educaram, que me fizeram buscar pelo que eu quero, lutar pelo que eu quero.

Eu sempre quis ser jornalista, sempre. Mas eu fiz história primeiro, eu vou dizer o porquê, mas eu sempre amei jornalismo. Por quê?! Porque quando eu era pequena e eu via a TV, eu achava muito chique aqueles correspondentes internacionais, tipo, eu achava incrível a pessoa sair e viajar para trabalhar, conhecer o mundo todo.

Eu gosto de viajar, viajar é uma coisa que me faz bem, é cansativo - eu trabalho viajando - cansa, mas eu gosto. Eu gosto de conhecer, eu gosto descobrir, desvendar e quando eu era criança, vendo TV mesmo, tipo...sei lá, o Jornal Nacional, o Fantástico que tinha os correspondentes internacionais, eu ficava olhando ali e pensava "caraca, deve ser irado você ir conhecer o mundo todinho, trabalhando, conhecendo pessoas, conhecendo histórias, contando histórias e isso me despertou para jornalismo.

Desde que eu entendi que isso era uma profissão, na adolescência, no fundamental II, que você começa a trabalhar isso efetivamente, eu quis ser jornalista. Assim que eu entrei no jornalismo, acho que todo mundo faz isso, vai olhar as plaquinhas dos formandos. Não sei... eu particularmente adoro fazer isso! Quando a gente chegava nos anos 90 tinha poucas mulheres, muitos homens. Quando chegou nos anos 2000, tinha mais mulheres, negro era uma pessoa... Você até via homens negros, mas poucas mulheres negras. Agora 'saca' para 2008, você já vê mulheres negras e você até acha legal, mas você percebe... eu nunca tive uma professora negra.

Em 2014, foi quando eu me aproximei da Mídia Ninja, eu obviamente estava nas redes, com tudo que estava acontecendo, mas eu conheci, me aprofundei mesmo na universidade, porque tinha uma professora lá na UFRN, Eloisa Klein e a gente se aproximou muito e ela estudava todo esse conceito de midiativismo, e eu me aproximei porque é uma coisa que me interessa muito; Aí a gente começou a trabalhar com isso, começou a estudar isso... e a gente criou um coletivo aqui no estado chamado Mídia Ninja RN.

A UFRN proporcionou tudo isso. Ela me proporcionou descobrir o que eu gostava de fazer e hoje eu percebo que eu adoro estudar midiativismo, é uma coisa que eu adoro fazer adoro fazer isso. Ainda não me sustenta, mas vai que um dia vai dar certo?! Mas é uma coisa que eu gosto, está um pouco parado no momento, por conta de todo esse cenário, mas é uma coisa que eu curto muito fazer.

Trabalho como assessora de imprensa, é, com jornalismo... porque eu 'tô' lá produzindo, no dia a dia, só não é em redação. Eu sou assessora política de Natália Bonavides, uma deputada federal maravilhosa do Rio Grande do Norte, atuante, militante, a mais jovem da bancada do PT na Câmara e eu gosto muito do meu trabalho, porque é um trabalho extremamente cansativo, a gente trabalha 24h por dia, não existe horário, não existe nada disso... mas eu acredito que tô fazendo a diferença, porque eu trabalho com pautas que eu acredito muito, é uma coisa que eu acho que faz a diferença. Tipo, sempre que a gente viaja, que vai no interior,

que conversa com as pessoas em atividades... Eu percebo elas falando “ah, isso fez a diferença na minha vida, tal projeto, essa emenda”, e até mesmo o fato de está lá, ter uma mulher jovem representando a gente e tal, é uma coisa que me estimula e eu só tenho isso graças ao jornalismo, então, é isso.

MANU:

Manu é uma menina sonhadora, que sempre teve muito claro, assim, o que queria né? Na mente, desde criança. Então eu acho que eu sou além dessa menina sonhadora, também sou uma mulher que me todos os dias me reafirmo, né? Enquanto enquanto mulher negra, enquanto jornalista profissional, enfim, eu acho que Manu é essa pessoa, esse misto de poesia, de palavras, né? Que a gente trabalha muito com palavras, eu acho que eu ‘tô’ descrevendo de uma forma muito abstrata, mas eu acho que seria isso. Além de ser mãe, pesquisadora e cordelista. Então, acho que uma mistura dessas muitas coisas e de muitas pessoas também. Eu sou uma construção de muitas pessoas.

Eu nasci em 1993, aqui em Natal. Eu sou daqui né? Meus pais são daqui. Minha mãe é do Ceará, na verdade. Mas o meu pai é daqui, do Rio Grande do Norte, Barcelona. E eu nasci aqui em Natal mesmo.

Então, eu sempre tive isso do do jornalismo muito muito presente dentro de mim. Eu acho que esse isso que foi trabalhado, assim, vem muito de mim mesmo, acho que já nasceu comigo, mas muito do que meu pai me ensinou, sabe? Dessa parte de histórias, enfim, de criar histórias, de contar histórias e eu nunca via de forma essas histórias fictícias. Pra mim elas eram reais. Tem muito do jornalismo nisso, né? Contar histórias reais. Eu acho que essa criança que um ano foi, é... foi o início da jornalista que hoje eu sou.

Então ser jornalista hoje é muito difícil, mas ser jornalista de uma forma geral é contribuir com a sociedade assim, sabe? Poder fazer do nosso trabalho alguma coisa legal, sabe? Mudar a realidade de alguma comunidade, por exemplo, mudar a realidade de algumas pessoas, né?

Tentar levar essa parte do social que o jornalismo tem, se ele for feito de forma, né?! Como ele deve ser feito. E de ajudar essas pessoas, chegar nessas pessoas, né? De uma forma que venha transformar a vida delas, não chegar lá apenas usar a história daquela pessoa e aí... não, mas usar o jornalismo pra transformar isso. Então ser jornalista pra mim hoje é ser esse agente transformador, sabe? Transformador de outras histórias também.

Eu entrei 2012 para cursar jornalismo, né? E no início foi um choque de realidade. Inclusive quando entrei na universidade eu tinha o cabelo alisado. E a universidade mudou internamente e essa questão da aceitação, né? Eu eu alisei meus cabelos dos 12 aos 17 anos, justamente por isso tudo que eu já vinha falando... de ver as pessoas e não me sentir representada, minha mãe tem o cabelo liso, minha irmã tem o cabelo liso. Então dentro de casa eu era muito com cabelo crespo, inclusive a minha irmã mais velha, ela quem alisou meu cabelo pela primeira vez. Né?

Minha mãe sempre achou lindo os meus cabelos, sempre disse que era lindo, sempre disse que queria ter o cabelo igual o meu, mas na sala de aula eu não via isso, né? E nas minhas coleguinhas eu não via isso, todo mundo ou tinha cabelo liso ou tinha o cabelo alisado, né? Não era muito comum as cacheadas e hoje em dia acho lindo a gente entrou na sala de aula um monte de cacheadas, tem representatividade essas meninas que tão crescendo hoje vão crescer com uma outra cabeça.

A gente hoje tem mudado aos poucos, mas essas coisas que a gente percebia, que eu e outras colegas, porque eu dividia essas questões percebíamos, fazia com que a gente se sentisse não pertencente daquele lugar, de chegar a imaginar, “não vou conseguir entrar nessa academia, porque essa academia é extremamente branca”, né? Essa academia tem um perfil e eu não me encaixo nesse perfil. Atualmente eu trabalho na letra A Comunicação que é uma empresa de assessoria de imprensa que atende algumas empresas aqui do Rio Grande do Norte.

Eu acho que durante a minha trajetória ser jornalista negra não me senti representada em muitos espaços, em muitos espaços e ser minoria, né? E quando existia essa representação, sempre fui minoria. Então eu acho que ser uma mulher negra hoje é um motivo de muito orgulho também, porque a gente consegue chegar em lugares que outras mulheres negras não chegaram. E eu me sinto carregando todas elas comigo. E isso é muito importante também, assim, enquanto mulher negra poder ocupar o espaço que ocupo hoje é mostrar pra outras meninas também, que elas também podem ocupar esses espaços, né? Que elas também podem construir os seus caminhos e as suas carreiras, né?

Eu acho que é um espaço, como eu falei que ainda tem que ser mais ocupado, nós somos mais da metade da população, eu sempre falo isso porque é muito gritante você ser mais da metade da população e você entrar numa sala e não ter essa representatividade ou então assistir um jornal inteiro e a bancada está toda branca, né? E eu acho que hoje essas coisas tem mudado muito.

CELINA:

Tem jornalista negra? Tem, tem sim, mas a gente sabe que é uma cota. É tanto que eu parei agora para pensar: “nossa, por que eu não fui atrás de ser correspondente?” Talvez seja por isso, porque a gente não vê. Então, não sei, eu acho que eu tive medo. E tenho muito medo da negativo, sempre tive muito medo de ser rejeitada, de ser preterida, acho que ao longo da vida isso vai acontecendo tanto que você cria bloqueios.

Nós não temos esse espaço ainda, é um espaço que ainda é negado às mulheres pretas. Nós não conseguimos ocupar como os demais, até porque tem um padrão, né? O padrão é branco, o padrão da imprensa, do jornalismo é branco ainda. É branco, é loiro, é magro, é alto, é uma modelo que está ali apresentando um telejornal, a real é bem essa. E a mulher negra ela foge muito desse padrão, então ela ainda não é aceita. Só que ainda é uma cota, você ainda não é contratada porque você é uma profissional incrível, tipo, tem um padrão que a imprensa exige, que a grande mídia exige. Mas eu sei que nos coletivos, no jornalismo independente, isso já é diferente. Existe um grande número de mulheres negras trabalhando com isso, só que elas não

estão na grande mídia, porque a grande mídia ainda tem esse padrão, eles negam, mas eles tem sim.

ELIZAMA:

Elizama do Livramento Cardoso é uma jornalista de 39 anos, filha de uma mãe solo que teve 7 filhas e eu fui a 1ª a concluir o ensino superior de entre as 7 mulheres que são filhas da minha mãe. Quando eu comecei a fazer jornalismo eu morava na periferia de Natal, no bairro Guarapes na zona oeste, um dos locais que tinha o menor IDH da cidade e aí foi a partir do jornalismo que começou a minha transformação social.

Não necessariamente do jornalismo, mas da comunicação. O jornalismo não era meu sonho, não era a minha prioridade, ele não estava nos meus planos. Mas aí quando eu descobri a comunicação, eu descobri uma ferramenta também de transformação social, de luta, de dar vez e voz às pessoas menos favorecidas. E essa foi a minha escolha.

Eu tinha vontade de ingressar na universidade, até em outros cursos. Mas como eu estava fazendo produção audiovisual e eu gostei daquilo, eu decidi aperfeiçoar. Quando eu descobri como ferramenta, ferramenta pra mim, pra minha timidez, pra eu dar visibilidade às coisas boas da minha comunidade, as pessoas que lá residiam, então eu fiz a escolha: eu quero ir pra um nível superior de educação e eu quero isso, eu quero uma área de comunicação. Porque eu gosto e eu consigo desempenhar bem esse papel e isso vai me ajudar futuramente a devolver a minha comunidade o que eu recebi. Então o jornalismo... eu não descobri o jornalismo, acho que o jornalismo me descobriu, na verdade.

A partir do momento que foi me apresentada ferramentas, câmeras, microfones, a possibilidade de registrar o meu cotidiano, fazer um diagnóstico da minha comunidade. Então, eu disse "epa, isso é pra mim também". Então eu posso fazer isso, como qualquer outra pessoa independente da minha situação econômica, independente da minha cor, independente da minha aparência, independente do que as pessoas acham que é pra ser.//

Eu atualmente trabalho na Inter TV Cabugi, né? Que é uma afiliada da Rede Globo, do Rio Grande do Norte. Eu atuo como chefe de redação, eu sou responsável pelas equipes de jornalismo da emissora em Natal e Mossoró, onde a gente ainda é a TV Costa Branca. E a responsabilidade é gerir a redação pro dia a dia da redação, em contato com os editores chefes de cada telejornal. A gente tem a direção de jornalismo, que é instância máxima do jornalismo e tem a chefia de reportagem que sou eu.

Eu dizer que eu sou uma jornalista, que eu sou negra, que eu me assumo como tal, que eu tenho cargo de chefia e de liderança e que eu ajudei outras pessoas e que ajudei a transformar vidas. Ser negra pra mim ser jornalista, ser mulher negra é motivo de muito orgulho sempre.

As pessoas acham que é jornalista, talvez tivesse que ser branca, tivesse que ter um padrão, que eles conhecem no vídeo. E ele escutou esses rumores e ele me disse, "ela não é jornalista não,

ela não tem cara de jornalista”. “Isso é conversa, ela deve trabalhar em outra coisa lá, mas jornalista ela não é.”

Mulheres negras no país são maioria. Então naturalmente éramos para sermos maioria em todos os espaços. Então eu acho ainda incipiente e ainda acho que faltam as mulheres se apropriarem dessa questão de que elas podem, elas devem estar e fazer o que quiserem, né?

Com a aparência que quiser, porque tem muito isso também. “Ah, eu tenho cabelo... só no jornalismo, não dá certo pra mim porque tem o teu cabelo liso ou porque eu tenho que usar uma maquiagem que me deixe mais clara”, porque isso no passado também era, era muito latente. Eu acho que falta isso e faltam também possibilidades de acesso ao ensino superior, que aí isso tem a ver com todas as profissões, não só com o jornalismo. Talvez a gente não tenha tantos médicos negros, porque os negros não conseguem acessar a universidade.

Eu acho que o que o Rio Grande do Norte ele também retrata a realidade do Brasil. Ainda é incipiente. Eu acho que precisamos ocupar mais espaço sim. Temos mulheres negras, temos boas jornalistas, mas eu acho que a gente não precisa de mais. Eu particularmente queria ver mais. Não só, não só dentro das redações, mas também no vídeo, né? Mostrando a cara. O cenário nacional já está mudando, a gente já tem uma percepção. Já há uma percepção diferente, mas no local ainda não, ainda temos as mesmas cores de pele.//

IDYANE:

Acho que em primeiro lugar, uma sonhadora, ne? Mas uma sonhadora no lugar de uma mulher preta, de periferia e que acredita muito nas mudanças sociais. Hoje as minhas referências são mulheres, mas mulheres pretas. Pra mim, a minha principal referência é Lélia Gonzalez. Para mim, tudo que eu falo está inserido em Lélia e agora na escrita, minhas companheiras, né? Eu também escrevo. Além de jornalista, eu também sou escritora, sou poeta.

Eu acredito que desde sempre tive essa aptidão, porque desde pequena eu começava com estranhos e entrevistava. [eu] puxava a vida toda, o histórico da pessoa, sentava do lado, dava um bom dia e eu saía do ônibus já sabendo da vida da pessoa ‘todinha’. Eu acho que eu sempre tive afinidade, mas inicialmente eu comecei na arte, né? Comecei na dança, depois de teatro e por fim, nessa trajetória mesmo profissional, eu fui para jornalismo, comunicação social. O meu curso é comunicação social, com habilitação em jornalismo. Justamente por identidade de comunicação. E quando eu entrei na academia, aí que eu entendi mesmo que era o meu lugar. Que nós somos agentes transformadores também, nós somos produtores intelectuais.

Primeiro vão me chamar de preta para só depois me reconhecer como mulher. Então, eu acho que a carga toda, em qualquer espaço que eu vou, seja no jornalismo, seja ele qual for, vai ser justamente esse: porque primeiro vão ver minha cor, para depois me reconhecer enquanto ser humano e às vezes nem reconhece, né? Então a minha maior dificuldade é essa. Eu acho que é por isso que é a parte que mais me dói, porque existe um ponto chamado sonhar e se você corta os sonhos de pessoas é como se você estivesse cortando a vida.

A gente quase não vê, não tem oportunidade. A gente está o tempo todo ouvindo críticas por cima de críticas, nós nunca somos suficientes, tudo que a gente faz não é bom o bastante. Mas eu acredito que não só no jornalismo, pelo menos acreditar, né? E eu espero que seja, que a gente construa de fato espaços mais democráticos, mais coletivos e, principalmente, espaços que entendam a questão racial. Não existe mudança sem o combate ao racismo. Não existe isso, não adianta até mesmo os movimentos de esquerda, esses movimentos sociais fazerem tudo questão socioeconômica e tudo mais, se a gente não combater o racismo. Porque o racismo está totalmente ligado a essas diferenças sociais. Basta ver estatísticas, viu?

Por mais que coloque uma mulher preta, ela vai ter que ter, né?! Os traços mais finos, não é? Mesmo que tenha uma pele mais retinta, mas tem um traço mais fino, né? Quanto mais próximo da descendência africana, mais cortada você vai ser. Mais desumanizada você vai ser. Porque a mulher preta...se você é muito retinta, você só serve para os serviços domésticos, né?! Para limpar e está nessa condição, e se você for clareando, você só serve para cama.

ELIZAMA:

Por exemplo, se você tem uma disciplina de expressão em vídeo, dificilmente ela vai ser, vai ser confiada a pessoa negra, de uma aparência, de um cabelo diferente, fora do padrão estabelecido vai ser confiada a ela estar no vídeo.

É mais fácil dizer assim, “ah, você fica com isso. Você dirige, você coordena, você cuida do áudio, você não sabe o quê...” Porque na cabeça do imaginário das pessoas, quem tem que tá em determinado lugar, é aquela pessoa que aparentemente vai representar melhor. Então sempre no vídeo, na fotografia, é sempre aquela pessoa de um padrão pré-estabelecido. E sempre existiu e sempre vai existir. Como eu fiz universidade privada, isso se agrava ainda mais. Porque na universidade pública você tem geralmente o nivelamento de classe social, mas a universidade privada pra mim isso era muito discrepante. Eu era uma das poucas pessoas que trabalhavam, daí você tirava.

MANU:

Os jornais estão mesclando, eles estão colocando né?! Eles estão sempre trazendo as pessoas negras pras bancadas, né?! Estamos sempre ali tentando... e não por bondade, não porque são maravilhosos, não! Porque existe uma pressão, né?! Existe uma pressão feita por pessoas negras. É por nós que estamos aí construindo esse mercado e tentando mudar esse mercado. Então esses jornais não fazem isso porque são bonzinhos, né? A gente tem que olhar e achar legal e achar bonito, mas também criticamente, né? Pensar isso de forma crítica. E aí eles viram que agora não tem mais como fazer. Acho que o pensamento é esse, a gente tem que colocar as pessoas, a gente tem que mesclar essa grade, tem que ter representatividade e isso é muito importante.

A gente não tem representatividade. Aí tem repórter, mas [são] homens. Eu não ‘to’ lembrando de nenhuma repórter negra e isso é muito sério. Eu não lembro. Você lembra de algum repórter negra? Nenhuma... Aí nas assessorias, nos bastidores, na produção, né? Na parte de trás das câmeras, a gente tem muitas pessoas negras. Mas elas estão atrás das câmeras, né? E ainda

assim, temos muitas, mas em sua maioria gritando são homens, as mulheres negras realmente ainda não estão ocupando.

Falta espaço pra gente se inserir, né? Não falta talento, talento não falta. Eu tenho várias amigas talentosíssimas, mulheres negras e que não tem espaço, que não tem esse encaixe. Então, a gente passa por essa dificuldade mesmo de inserção. Eu mesma trabalhei em TV em produção. Trabalhei em rádio como apresentadora, mas o rádio não tem tanta imagem, né? Então essa questão da imagem ainda ‘tá’ muito forte e a gente pensar em tantos veículos que a gente tem e a gente não tem essa representatividade, essas pessoas não estão nesse local?! Então é uma situação ainda muito grave, né? A gente tem que se movimentar, tem que protestar isso daí.

IDYANE:

Mas enquanto mulher preta vê outra mulher preta ocupando esse lugar para mim assim, imprescindível. Para mim, é necessário que haja mais oportunidades, que haja mais fomentação, no sentido de que eu possa sim me apresentar com o meu cabelo crespo, com o meu cabelo cacheado e que a minha pele não incomoda ninguém, pelo contrário, é tão bonita quanto qualquer outra.

CELINA:

O jornalismo me mostrou que eu tenho lugar no mundo, porque justamente nesse sentido que ele dá voz, ele visibiliza, ele mostrou que eu tenho um lugar e que eu posso abrir espaço para outras pessoas também. No coletivo, tanto na Mídia Ninja, quanto no Coletivo Arretadas, a gente viu que a nossa função é essa: é dar voz às pessoas, é facilitar o acesso delas, é viabilizá-las.//

ELIZAMA:

Eu espero que os espaços sejam ocupados. Que a gente consiga enquanto coletivo, não é de forma diferenciada ou privilegiada. É estar no lugar que é nosso. Como eu já disse, a gente é maioria, maioria populacional, a gente precisa estar em outros espaços também. Então essa minha perspectiva de futuro é a ocupação mesmo e mostrar que a mulher negra jornalista é primordial para a comunicação.

APÊNDICE VI - AUTORIZAÇÕES DE IMAGENS DAS ENTREVISTADAS

DOCUMENTÁRIO JORNALISTAS NEGRAS NO RN PRODUTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ALLYNE CAMYLLA PAZ DE SOUZA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

1. - Pelo presente instrumento, o Autorizador abaixo qualificado e assinado, autoriza à **Allyne Camylla Paz de Souza**, produtora independente residente na Rua Monte Celeste, nº 3410, bairro Planalto, cidade Natal, Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CPF nº **06744942450**, em caráter total, definitivo, irrevogável e irretroatável, a utilização de sua imagem e voz para a fixação destes, na obra audiovisual por ela produzida e denominada simplesmente "Projeto".
2. - Reconhece expressamente o Autorizador que a **Allyne Camylla Paz de Souza** na qualidade de detentora dos direitos patrimoniais de autor sobre a obra audiovisual, e tendo em vista a autorização efetuada neste Termo, poderá, a seu exclusivo critério, utilizar o Projeto livremente, bem como seus extratos trechos ou partes, podendo, exemplificativamente, adaptá-la para fins de produção de obras audiovisuais novas, obras audiovisuais para fins de exibição em circuito cinematográfico, utilizá-la, bem como à imagem e voz do Autorizador para produção de matéria promocional em qualquer tipo de mídia, inclusive impressa, seja para fins de divulgação do Projeto, para a composição de qualquer produto ligado à mesma (tais como mas não limitados a capas de CD, DVD, "home-video", DAT, entre outros), assim como produção do "making of" do Projeto; fixá-la em qualquer tipo de suporte material, tais como películas cinematográficas de qualquer bitola, "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc") e suportes de computação gráfica em geral, ou armazená-la em banco de dados, exibi-la através de projeção em tela em casas de frequência coletiva ou em locais públicos, com ou sem ingresso pago, transmiti-la via rádio e/ou televisão de qualquer espécie (televisão aberta ou televisão por assinatura, através de todas as formas de transporte de sinal existentes, exemplificativamente UHF, VHF, cabo, MMDS e satélite, bem como independentemente da modalidade de comercialização empregada, incluindo "pay tv", "pay per view", "near video on demand" ou "video on demand", independentemente das características e atributos do sistema de distribuição, abrangendo plataformas analógicas ou digitais, com atributos de interatividade, ou não), adaptá-la para forma de minissérie ou longa metragem, comercializá-la ou alugá-la ao público em qualquer suporte material existente, bem como desenvolver qualquer atividade de licenciamento de produtos e/ou serviços derivados do Projeto, disseminá-la através da Internet.
- 2.1. - Nenhuma das utilizações previstas no caput desta Cláusula, ou ainda qualquer outra que pretenda a **Allyne Camylla Paz de Souza** dar a obra audiovisual e/ou às imagens cuja utilização foi autorizada através deste Termo, têm limitação de tempo ou de número de vezes, podendo ocorrer no Brasil e/ou no exterior, sem que seja devida ao Autorizador qualquer remuneração.
3. - O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretroatável obrigando-se as partes por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, ficando eleito o foro da Comarca de Natal para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo.

Natal, 18 de dezembro de 2021

Nome do responsável legal: Celma Jéssica C. Z. Vieira

Identidade: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

E-mail: [REDACTED]

Endereço: [REDACTED]

Bairro: [REDACTED]

Cidade: Natal

Cep: [REDACTED]

Telefone: 84 [REDACTED]

Assinatura: Celma Vieira

DOCUMENTÁRIO JORNALISTAS NEGRAS NO RN
 PRODUTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ALLYNE CAMYLLA PAZ DE SOUZA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

1. - Pelo presente instrumento, o **Autorizador** abaixo qualificado e assinado, autoriza à **Allyne Camylla Paz de Souza**, produtora independente residente na Rua Monte Celeste, nº 3410, bairro Planalto, cidade Natal, Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CPF nº **06744942450**, em caráter total, definitivo, irrevogável e irretroatável, a utilização de sua imagem e voz para a fixação destes, na obra audiovisual por ela produzida e denominada simplesmente "**Projeto**".

2. - Reconhece expressamente o **Autorizador** que a **Allyne Camylla Paz de Souza** na qualidade de detentora dos direitos patrimoniais de autor sobre a obra audiovisual, e tendo em vista a autorização efetuada neste Termo, poderá, a seu exclusivo critério, utilizar o **Projeto** livremente, bem como seus extratos trechos ou partes, podendo, exemplificativamente, adaptá-la para fins de produção de obras audiovisuais novas, obras audiovisuais para fins de exibição em circuito cinematográfico, utilizá-la, bem como à imagem e voz do **Autorizador** para produção de matéria promocional em qualquer tipo de mídia, inclusive impressa, seja para fins de divulgação do **Projeto**, para a composição de qualquer produto ligado à mesma (tais como mas não limitados a capas de CD, DVD, "home-video", DAT, entre outros), assim como produção do "making of" do **Projeto**; fixá-la em qualquer tipo de suporte material, tais como películas cinematográficas de qualquer bitola, "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc") e suportes de computação gráfica em geral, ou armazená-la em banco de dados, exibi-la através de projeção em tela em casas de frequência coletiva ou em locais públicos, com ou sem ingresso pago, transmiti-la via rádio e/ou televisão de qualquer espécie (televisão aberta ou televisão por assinatura, através de todas as formas de transporte de sinal existentes, exemplificativamente UHF, VHF, cabo, MMDS e satélite, bem como independentemente da modalidade de comercialização empregada, incluindo "pay tv", "pay per view", "near video on demand" ou "video on demand", independentemente das características e atributos do sistema de distribuição, abrangendo plataformas analógicas ou digitais, com atributos de interatividade, ou não), adaptá-la para forma de minissérie ou longa metragem, comercializá-la ou alugá-la ao público em qualquer suporte material existente, bem como desenvolver qualquer atividade de licenciamento de produtos e/ou serviços derivados do **Projeto**, disseminá-la através da Internet.

2.1. - Nenhuma das utilizações previstas no *caput* desta Cláusula, ou ainda qualquer outra que pretenda a **Allyne Camylla Paz de Souza** dar a obra audiovisual e/ou às imagens cuja utilização foi autorizada através deste Termo, têm limitação de tempo ou de número de vezes, podendo ocorrer no Brasil e/ou no exterior, sem que seja devida ao **Autorizador** qualquer remuneração.

3. - O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretroatável obrigando-se as partes por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, ficando eleito o foro da Comarca de Natal para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo.

Natal, 23 de Dezembro de 2021.

Nome do responsável legal: Elizama de L. Cardoso

Identidade: [REDACTED] CPF: [REDACTED]

E-mail: [REDACTED]

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Cep:

Telefone: (84) [REDACTED]

Assinatura: [Handwritten Signature]

**DOCUMENTÁRIO JORNALISTAS NEGRAS NO RN
PRODUTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ALLYNE CAMYLLA PAZ DE SOUZA**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

1. - Pelo presente instrumento, o **Autorizador** abaixo qualificado e assinado, autoriza à **Allyne Camylla Paz de Souza**, produtora independente residente na Rua Monte Celeste, nº 3410, bairro Planalto, cidade Natal, Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CPF nº **06744942450**, em caráter total, definitivo, irrevogável e irretroatável, a utilização de sua imagem e voz para a fixação destes, na obra audiovisual por ela produzida e denominada simplesmente "**Projeto**".

2. - Reconhece expressamente o **Autorizador** que a **Allyne Camylla Paz de Souza** na qualidade de detentora dos direitos patrimoniais de autor sobre a obra audiovisual, e tendo em vista a autorização efetuada neste Termo, poderá, a seu exclusivo critério, utilizar o **Projeto** livremente, bem como seus extratos trechos ou partes, podendo, exemplificativamente, adaptá-la para fins de produção de obras audiovisuais novas, obras audiovisuais para fins de exibição em circuito cinematográfico, utilizá-la, bem como à imagem e voz do **Autorizador** para produção de matéria promocional em qualquer tipo de mídia, inclusive impressa, seja para fins de divulgação do **Projeto**, para a composição de qualquer produto ligado à mesma (tais como mas não limitados a capas de CD, DVD, "home-video", DAT, entre outros), assim como produção do "making of" do **Projeto**; fixá-la em qualquer tipo de suporte material, tais como películas cinematográficas de qualquer bitola, "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc") e suportes de computação gráfica em geral, ou armazená-la em banco de dados, exibi-la através de projeção em tela em casas de frequência coletiva ou em locais públicos, com ou sem ingresso pago, transmiti-la via rádio e/ou televisão de qualquer espécie (televisão aberta ou televisão por assinatura, através de todas as formas de transporte de sinal existentes, exemplificativamente UHF, VHF, cabo, MMDS e satélite, bem como independentemente da modalidade de comercialização empregada, incluindo "pay tv", "pay per view", "near video on demand" ou "vídeo on demand", independentemente das características e atributos do sistema de distribuição, abrangendo plataformas analógicas ou digitais, com atributos de interatividade, ou não), adaptá-la para forma de minissérie ou longa metragem, comercializá-la ou alugá-la ao público em qualquer suporte material existente, bem como desenvolver qualquer atividade de licenciamento de produtos e/ou serviços derivados do **Projeto**, disseminá-la através da Internet.

2.1. - Nenhuma das utilizações previstas no *caput* desta Cláusula, ou ainda qualquer outra que pretenda a **Allyne Camylla Paz de Souza** dar a obra audiovisual e/ou às imagens cuja utilização foi autorizada através deste Termo, têm limitação de tempo ou de número de vezes, podendo ocorrer no Brasil e/ou no exterior, sem que seja devida ao **Autorizador** qualquer remuneração.

3. - O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretroatável obrigando-se as partes por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, ficando eleito o foro da Comarca de Natal para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo.

Natal, 18 de Dezembro de 2011

Nome do responsável legal: Emmanuel de Freitas Boylho

Identidade: [REDACTED] CPF: [REDACTED]

E-mail: [REDACTED]

Endereço: _____ Cidade: _____

Bairro: _____

Cep: _____

Telefone: _____

Assinatura: Emmanuel de Freitas Boylho

DOCUMENTÁRIO JORNALISTAS NEGRAS NO RN
 PRODUTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ALLYNE CAMYLLA PAZ DE SOUZA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

1. - Pelo presente instrumento, o Autorizador abaixo qualificado e assinado, autoriza à Allyne Camylla Paz de Souza, produtora independente residente na Rua Monte Celeste, nº 3410, bairro Planalto, cidade Natal, Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CPF nº 06744942450, em caráter total, definitivo, irrevogável e irretroatável, a utilização de sua imagem e voz para a fixação destes, na obra audiovisual por ela produzida e denominada simplesmente "Projeto".

2. - Reconhece expressamente o Autorizador que a Allyne Camylla Paz de Souza na qualidade de detentora dos direitos patrimoniais de autor sobre a obra audiovisual, e tendo em vista a autorização efetuada neste Termo, poderá, a seu exclusivo critério, utilizar o Projeto livremente, bem como seus extratos trechos ou partes, podendo, exemplificativamente, adaptá-la para fins de produção de obras audiovisuais novas, obras audiovisuais para fins de exibição em circuito cinematográfico, utilizá-la, bem como à imagem e voz do Autorizador para produção de matéria promocional em qualquer tipo de mídia, inclusive impressa, seja para fins de divulgação do Projeto, para a composição de qualquer produto ligado à mesma (tais como mas não limitados a capas de CD, DVD, "home-vídeo", DAT, entre outros), assim como produção do "making of" do Projeto; fixá-la em qualquer tipo de suporte material, tais como películas cinematográficas de qualquer bitola, "home video", DAT ("digital audio tape"), DVD ("digital video disc") e suportes de computação gráfica em geral, ou armazená-la em banco de dados, exibi-la através de projeção em tela em casas de frequência coletiva ou em locais públicos, com ou sem ingresso pago, transmiti-la via rádio e/ou televisão de qualquer espécie (televisão aberta ou televisão por assinatura, através de todas as formas de transporte de sinal existentes, exemplificativamente UHF, VHF, cabo, MMDS e satélite, bem como independentemente da modalidade de comercialização empregada, incluindo "pay tv", "pay per view", "near vídeo on demand" ou "vídeo on demand", independentemente das características e atributos do sistema de distribuição, abrangendo plataformas analógicas ou digitais, com atributos de interatividade, ou não), adaptá-la para forma de minissérie ou longa metragem, comercializá-la ou alugá-la ao público em qualquer suporte material existente, bem como desenvolver qualquer atividade de licenciamento de produtos e/ou serviços derivados do Projeto, disseminá-la através da Internet.

2.1. - Nenhuma das utilizações previstas no caput desta Cláusula, ou ainda qualquer outra que pretenda a Allyne Camylla Paz de Souza dar a obra audiovisual e/ou às imagens cuja utilização foi autorizada através deste Termo, têm limitação de comercialização empregada, incluindo "pay tv", "pay per view", "near vídeo on demand" ou "vídeo on demand", independentemente das características e atributos do sistema de distribuição, abrangendo plataformas analógicas ou digitais, com atributos de interatividade, ou não), adaptá-la para forma de minissérie ou longa metragem, comercializá-la ou alugá-la ao público em qualquer suporte material existente, bem como desenvolver qualquer atividade de licenciamento de produtos e/ou serviços derivados do Projeto, disseminá-la através da Internet.

3. - O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretroatável obrigando-se as partes por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, ficando eleito o foro da Comarca de Natal para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo.

Natal, 18 de Dezembro de 2021

Nome do responsável legal: Jolyane França de Oliveira

Identidade: [REDACTED] CPF: [REDACTED]

E-mail: [REDACTED]

Endereço: [REDACTED]

Bairro: [REDACTED] Cidade: Natal/RN

Cep: [REDACTED]

Telefone: 84 [REDACTED]

Assinatura: Jolyane França de Oliveira